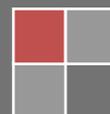


2016



RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Gerência de Operações e Planejamento – GOP
Diretoria de Investimentos



Diretor-Presidente

Reges Moisés dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

Fábio de Mendonça Florindo

Diretor Jurídico

Marcel Silva Gladulich

Gerência de Operações e Planejamento

Alisson José Ramos Batista

Angela Maria Monteiro Pandolfo

Bruno Luis Lacerda dos Santos

Geny Andrea Alves

Kelli Manhães Pessanha

Luciana Pinto Venâncio

Rodrigo Santos Martins

Teresa Luiza da Silva Dias

Gerência de Controle e Registro

Camila Gomes Nunes

Cristiane Selem Ferreira Neves

Felipe Menezes da Silva

Isadora Medeiros Frias

Jairo Monteiro de Freitas

Jonathan Fernandes da Silva

Jorge Ribeiro Cruz

Leonardo Monteiro Magalhães

Louise Mayer Andrade de Albuquerque

Mônica Mathias

Nelito Cardoso Santos Jr

Rômulo Tosta Gonçalves

Sumário

1. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.1. INTRODUÇÃO	4
1.2. MERCADO INTERNACIONAL	5
1.2.1. EUA	5
1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO	13
1.3.1. PETRÓLEO	13
1.3.2. CÂMBIO	14
1.4. MERCADO DOMÉSTICO	15
2. ORÇAMENTO	19
2.1. DESPESAS	19
2.2. RECEITAS	21
3. FUNDO FINANCEIRO	23
3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO	23
<i>Royalties e Participações Especiais:</i>	24
<i>Dívida Ativa:</i>	24
<i>ICMS Parcelado:</i>	24
<i>FUNDES:</i>	24
<i>Valores a receber do Estado do Rio de Janeiro e BERJ:</i>	25
<i>Outros:</i>	25
3.2. FLUXO DE CAIXA	25
3.3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28
<i>Investimentos</i>	28
<i>Retorno</i>	30
4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO	31
4.1. FLUXO DE CAIXA	32
4.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33
<i>Investimentos</i>	33
<i>Retorno</i>	36
5. IMÓVEIS	38
5.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	38
5.2. RETORNO DA CARTEIRA	40
5.3. GESTÃO DA CARTEIRA	41

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1.INTRODUÇÃO

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a economia global cresceu 3% em 2016, mantendo o mesmo nível de crescimento do ano de 2015, evidenciando um cenário econômico estável, após a crise do fim da década passada. Entretanto, as economias mundiais ainda enfrentam riscos de turbulências futuras resultado de políticas comerciais protecionistas, elevação da relação dívida/PIB e oscilações nas taxas de juros internacionais. Estes serão os grandes desafios que devem ser superados nos anos vindouros, a fim de se manter a estabilidade.

Os Estados Unidos tiveram crescimento de 1,6% em seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, demonstrando uma desaceleração de 33% frente ao ano de 2015, em que cresceram 2,4%. Não obstante as incertezas quanto à postura a ser adotada por Donald Trump no campo político-econômico, os indicadores econômicos sinalizam um aquecimento do mercado de trabalho – principalmente no setor de transformação de bens e matérias-primas (setor secundário) - demonstrando certo otimismo do mercado. Ademais, a expectativa é de expansão dos gastos públicos, em razão das promessas de campanha do novo presidente, o que tenderá a pressionar a inflação e, conseqüentemente, o Federal Reserve (FED) a promover um período de alta gradual na taxa de juros da economia.

Na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT), estremeceu a estabilidade política do bloco, pondo em cheque a sua manutenção. Na corrida eleitoral das nações integrantes do bloco os partidos de extrema direita passaram a reforçar seus discursos xenófobos e a intenção de promoverem, também, plesbicitos quanto à questão do desligamento do bloco europeu. É provável que em 2019, o Reino Unido não faça mais parte efetivamente do bloco europeu.

No plano econômico, a Zona do Euro teve crescimento de 1,7% em 2016, confirmando um tênue viés de crescimento em relação ao ano anterior em que cresceu 1,5%. O Reino Unido registrou crescimento acima do bloco (2%), mas deve desacelerar após a ratificação de sua saída da União Europeia. Já Alemanha e França tiveram crescimento modesto, com 1,9% e 1,1%, respectivamente.

A China mantém seu nível de crescimento econômico alto, porém em ritmo de leve desaceleração. A economia chinesa cresceu 6,7% em 2016 frente a 6,9% no ano anterior. Para atenuar a redução da expansão econômica, o país deve continuar adotando uma política fiscal expansionista. O governo chinês prevê uma redução na

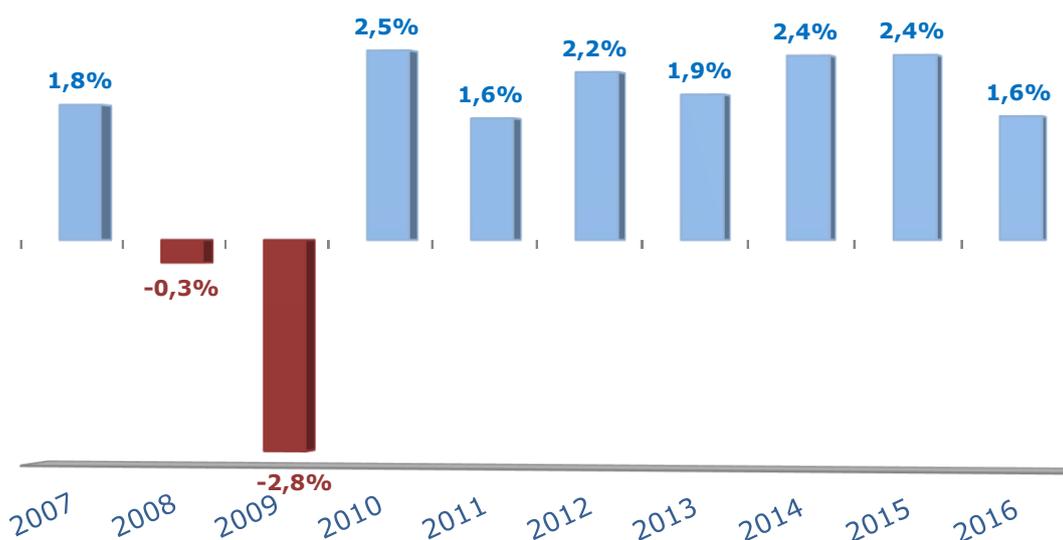
carga tributária de US\$ 51 bilhões aliada a uma política monetária conservadora. A grande preocupação em relação ao país é o alto percentual da dívida pública em relação ao PIB, o que poderia ocasionar uma grande bolha especulativa de impactos econômicos preocupantes ao resto do mundo.

1.2.MERCADO INTERNACIONAL

1.2.1.EUA

Na maior economia do mundo, o crescimento do PIB em 2016 ficou abaixo das expectativas dos analistas, que previam acréscimo de 2,1%. A economia norte-americana cresceu 1,6% em 2016 contra 2,4% em 2015, sendo o menor ritmo desde 2011. A balança comercial foi apontada como a maior responsável pela desaceleração do país.

Gráfico 1: Variação Percentual do Produto Interno dos EUA (%)



Fonte: OCDE/Broadcast

O contínuo déficit na base da balança comercial nos EUA, durante o ano de 2016, teve grande impacto na queda do crescimento do país. Tal fato deve-se ao alto nível de importação em relação à exportação.

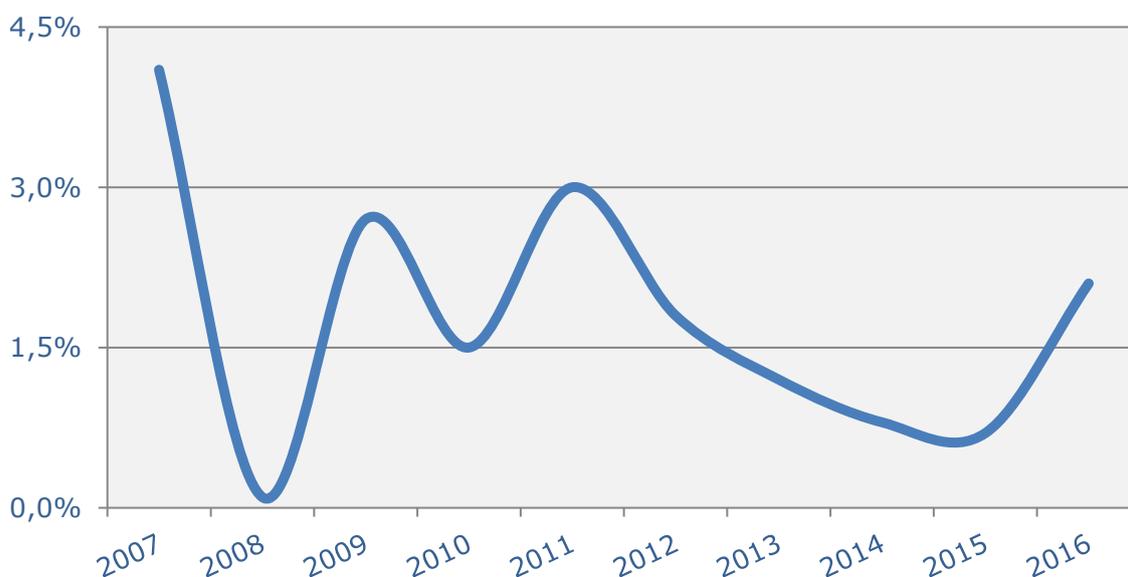
Apesar das incertezas da política econômica do recém-empossado presidente dos EUA Donald Trump, acredita-se que o país adotará uma política fiscal agressiva nos próximos anos. O efeito esperado é a retomada de um maior crescimento econômico.

Com o lado econômico instável, porém com perspectivas otimistas, o lado político requer maiores cuidados. O empresário Donald Trump venceu as eleições dos EUA e se

tornou o 45º presidente dos EUA. Seu discurso eleitoral teve como maior característica um forte viés nacionalista e crítico à classe política e ainda há bastante incerteza em relação à quais medidas serão ou não adotadas ao longo de seu mandato. No entanto, após a vitória, o presidente eleito suavizou seu discurso, o que coloca dúvidas sobre a efetiva concretização de promessas polêmicas, como forte aumento da taxa de produtos chineses e a construção de um muro de separação entre os EUA e o México.

Todavia, a expectativa de mercado é que Trump inicie um plano de investimento na infraestrutura do país, com o objetivo de aumentar o nível de emprego, o crescimento econômico e os gastos militares. É provável então, que haja um aumento da inflação, o que, conseqüentemente, forçaria o Federal Reserve (FED) a aumentar o nível da taxa de juros no país. Os fatores de crescimento econômico estável e queda da taxa de desemprego já deram força para aumento da taxa duas vezes nos últimos quatro meses.

Gráfico 2: Inflação – Estados Unidos

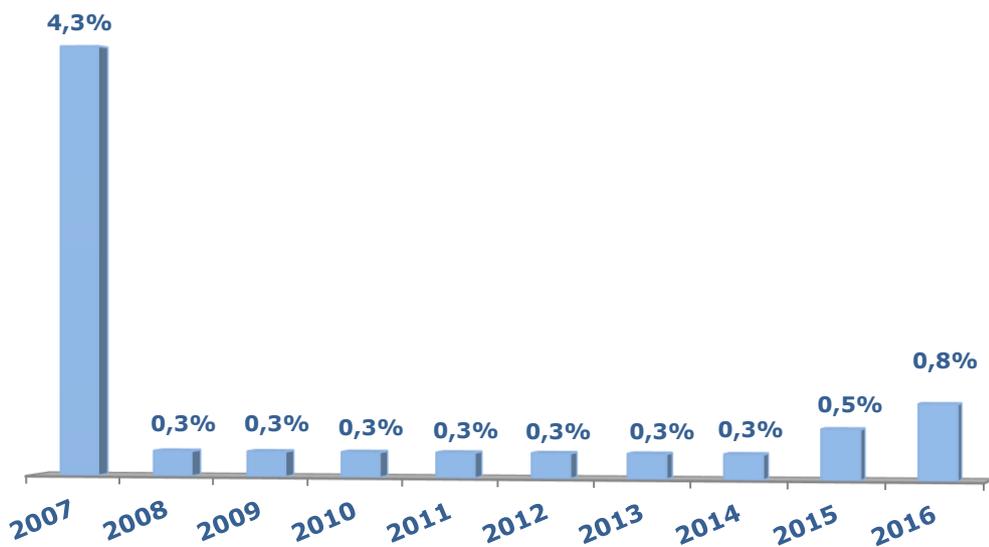


Fonte: Bureau of Economic Analysis/FED

Em 2016, o banco central norte-americano encerrou o ano com a taxa de juros na faixa de 0,5% e 0,75%. A continuidade do aumento da taxa de juros poderia impactar os outros países, em particular, aqueles com maior dependência, como o Brasil, já que a tendência é de migração de capital para países mais desenvolvidos e com taxa de juros mais atrativa.

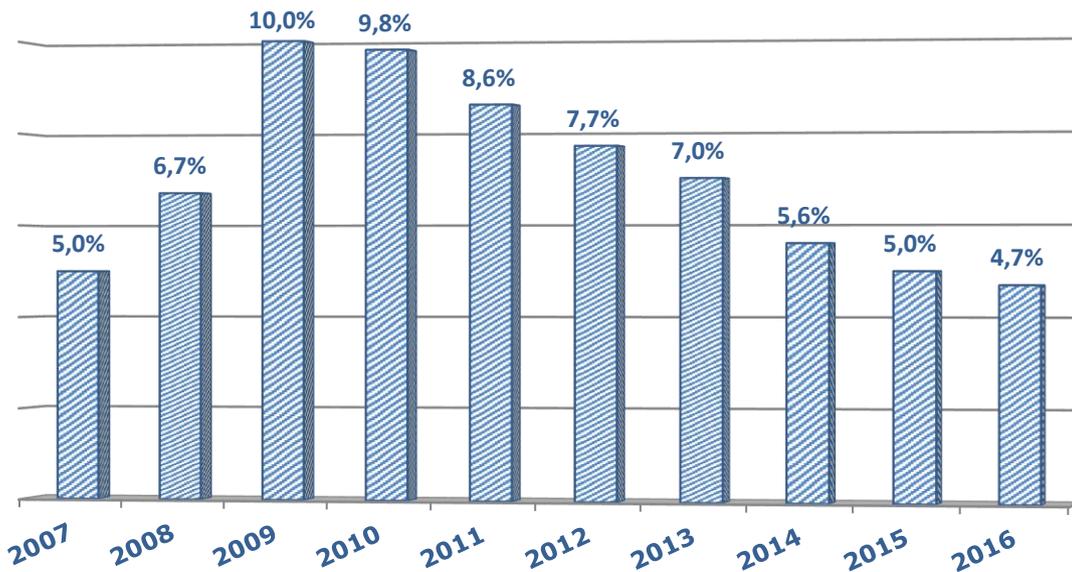
Em 2016 a taxa de desemprego nos EUA ficou em 4,7% ante a 5% em 2015. Desde 2009, o desemprego foi decaindo continuamente e com perspectiva de manutenção da queda, com o setor industrial sendo o maior responsável pela redução.

Gráfico 3- Taxas de Juros- Estados Unidos



Fonte: Federal Reserve/Broadcast

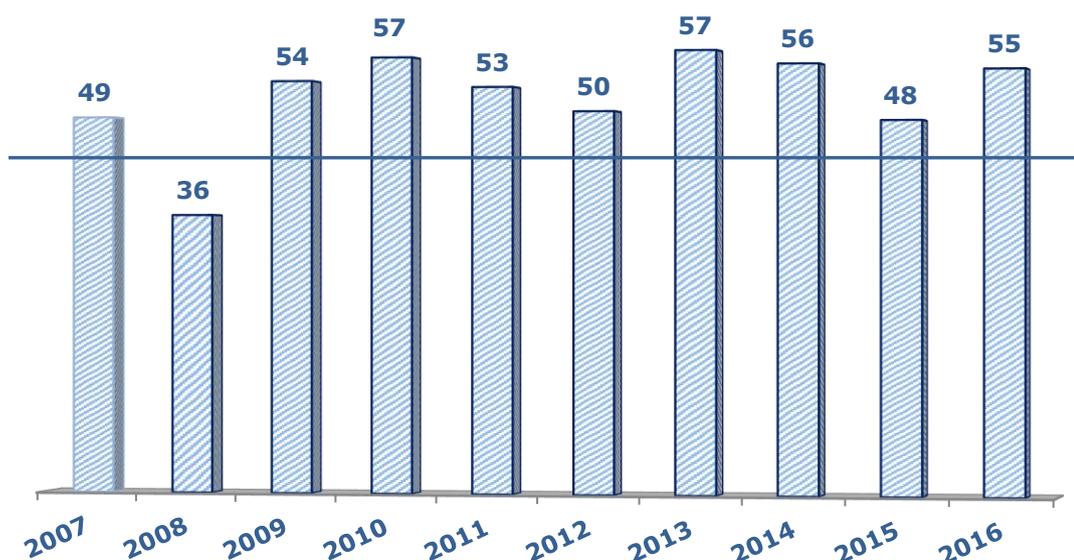
Gráfico 4- Taxas de Desemprego- Estados Unidos



Fonte: Bureau of Labor Statistics

Segundo o índice de atividade dos gerentes de compras (PMI), a indústria tem demonstrado expansão crescente nos EUA. Se o índice indicar um valor abaixo de 50, devido a uma diminuição da atividade, a tendência é uma recessão do setor, principalmente se este valor se mantiver abaixo de 50 por anos consecutivos. Por outro lado, um valor acima de 50 indica um período de crescimento.

Gráfico 5- PMI Industrial- Estados Unidos



Fonte: Institute of Supply Management (ISM)

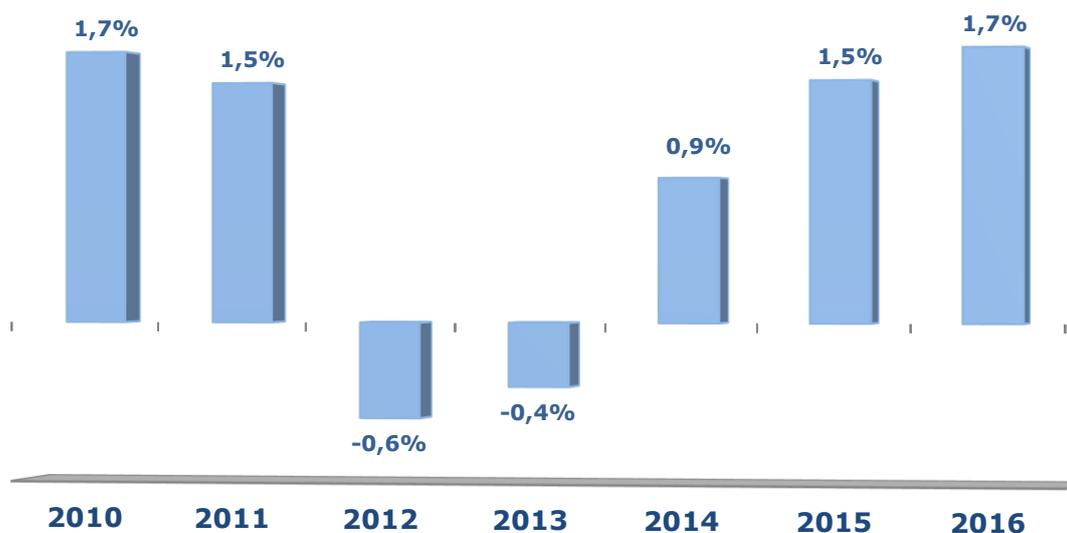
O que se pode concluir da economia norte-americana é que a mesma tem apresentado crescimento regular, apesar da desaceleração no último ano. Sua taxa de desemprego apresenta viés de baixa com uma inflação crescente, contudo não muito distante da meta do FED. Sua balança comercial se apresenta fortemente deficitária com a valorização do dólar, mas que deve ser compensada com o maior ingresso de capital especulativo no país, consequência da política de aumento gradual da taxa de juros.

Sendo assim, o risco para o Brasil seria o fator político causado pelas incertezas e suposto nacionalismo exacerbado do presidente Donald Trump e a elevação da taxa de juros pelo FED. Ademais, em um contexto conturbado de cenário político interno, um possível aumento da taxa de câmbio poderia pressionar a inflação.

1.2.2. EUROPA

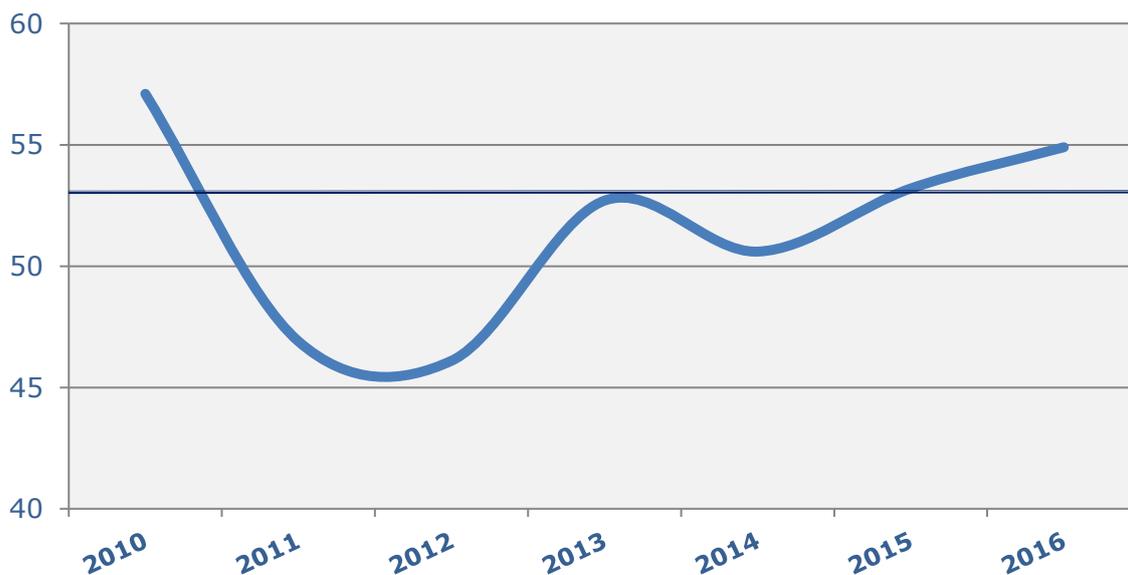
Em 2016, a Zona do Euro apresentou um crescimento de 1,7%, demonstrando um leve viés de alta em relação ao ano anterior quando cresceu 1,5%. Contudo, apesar do ritmo lento, o bloco vem se recuperando gradualmente da recessão no biênio 2012-2013.

Gráfico 6 - PIB-Zona do Euro



Fonte: Institute of Supply Management (ISM)

Gráfico 7 - PMI-Zona do Euro

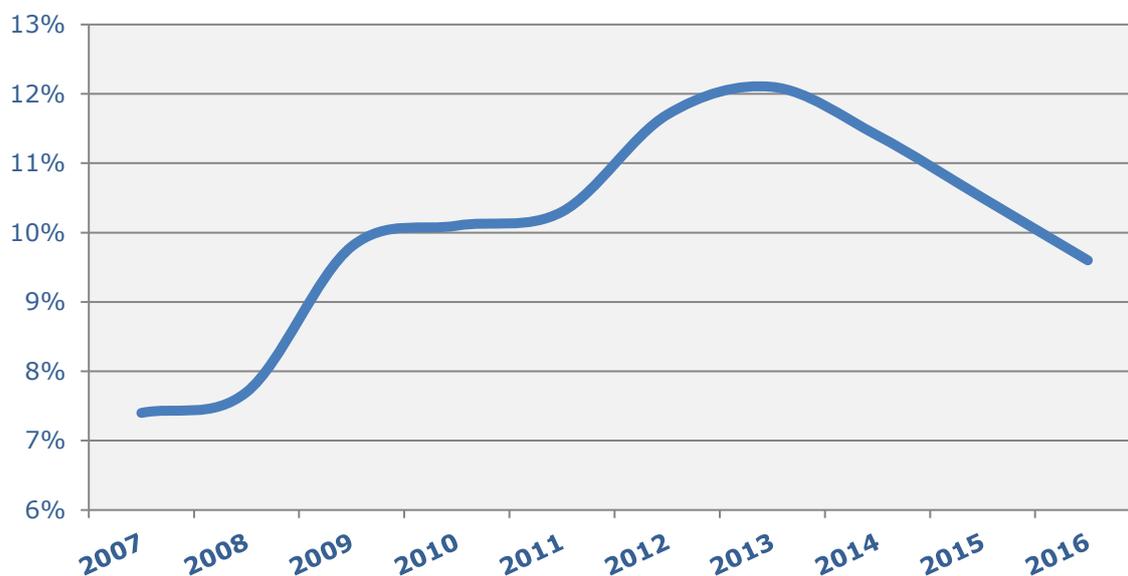


Fonte: Market Economics

É facilmente perceptível, observando-se os gráficos, a relação e impacto direto que a indústria tem sobre a economia regional. Observa-se que exatamente quando o setor secundário apresentou contração (2011 e 2012) – (gráfico 6), o produto da zona do euro contraiu-se e partir deste momento ambos os indicadores demonstram expansão (gráfico 5).

Conseqüentemente, com a ampliação da indústria e da economia, a taxa de desemprego apresenta redução constante desde o ano de 2013, primeiro ano posterior à recessão econômica do bloco.

Gráfico 8 –Taxa de Desemprego – Zona do Euro

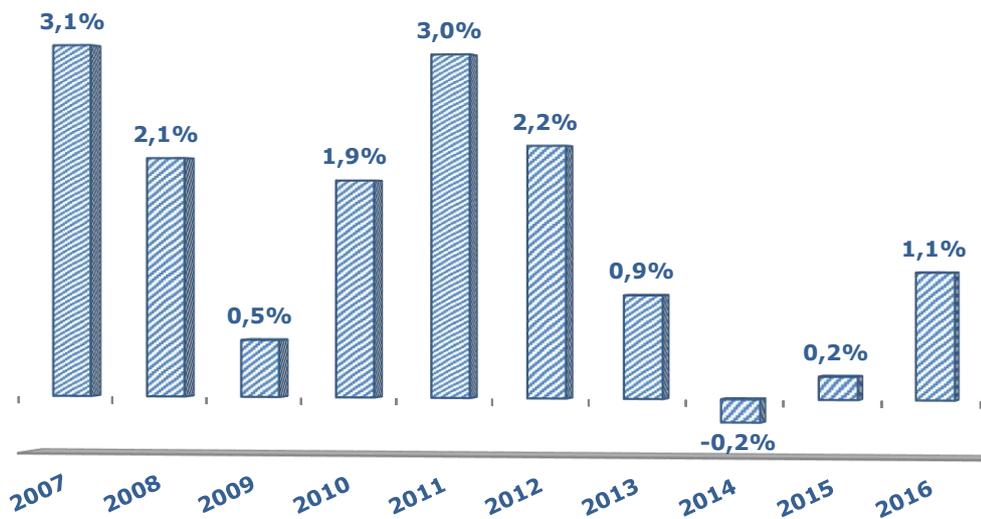


Fonte: Eurostat

A já demonstrada recessão econômica que atingiu o bloco no início desta década fez com que os produtores reduzissem bruscamente seus preços, porém os consumidores não aumentaram a demanda, agindo de modo inverso com o intuito de que no futuro seu dinheiro tenha mais rentabilidade. A consequência desta queda de demanda é a redução da receita de empresas que deixam de investir e de contratar e acabam reduzindo ainda mais seu preço, em um ciclo depressivo perverso.

Com isso, a Europa viveu o fantasma da deflação em 2014 como consequência da crise. Porém já parece ter se recuperando após rodadas de incentivos do Banco Central Europeu com fortes injeções de dinheiro na economia, através de compra de títulos públicos e manutenção de juros baixos. Em 2016, a inflação na zona do Euro ficou em 1,1% frente à 0,2% em 2015 e 0,2% negativo em 2014, segundo o gráfico a seguir.

Gráfico 9 –Inflação– Zona do Euro



Fonte: Eurostat

Pelo lado econômico, a Europa parece ter encontrado seu rumo com uma economia estável, taxa de desemprego declinante e inflação baixa, aliada a um consumo crescente. No entanto, o cenário político se apresenta com algumas incertezas após o anúncio da saída do Reino Unido da União Europeia e as eleições de países como a França.

Em junho de 2016 os britânicos foram às urnas votar no plebiscito de permanência ou não do país na União Europeia (UE), conhecido como Brexit. Com a vitória do "sim", o ambiente político na Europa passou a vivenciar grandes dúvidas, dado que a forma pela qual tal egresso seria feito era desconhecida. Atenuando estas incertezas, a primeira ministra britânica, Theresa May, revelou que o desligamento do bloco ocorrerá de forma total, o que garantirá ao Reino Unido a recuperação plena do controle sobre suas fronteiras e que o mesmo buscará um novo e ambicioso acordo de livre comércio com o bloco.

Dentre as prioridades, May destacou a garantia dos direitos dos imigrantes de outros países da UE que vivem no Reino Unido, bem como os dos britânicos residentes em outros países do bloco, visto que uma das principais consequências desta saída está relacionada à indefinição da permanência de imigrantes e trabalhadores expatriados. Em Londres, o mercado de trabalho para estrangeiros já estaria mais limitado, pois grandes firmas estão contratando menos migrantes por não saberem como será a absorção dessa mão de obra após a consumação do Brexit.

Além da questão mencionada acima, outro fator que causa cautela no ambiente europeu é a possível ascensão da extrema-direita na França, tendo como representante

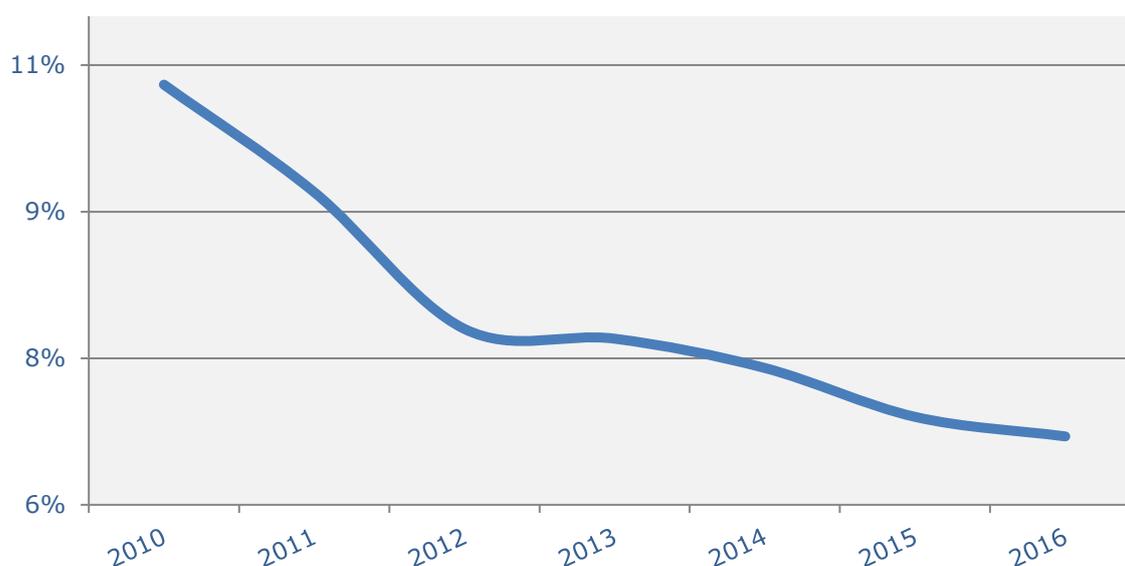
Marine Le Pen. A líder da Frente Nacional mostrou-se ser contrária a permanência de seu país na União Europeia. Tal posicionamento provocou receio aos investidores, haja vista que a França é um país pertencente à Zona do Euro e uma possível ruptura pode colocar em xeque a continuidade da moeda, bem como a sobrevivência do Bloco Europeu.

1.2.3. CHINA

A China é a segunda potência econômica mundial, sendo a maior exportadora e maior detentora de reservas mundiais no mundo. A desaceleração observada no país revelou os limites da estratégia de crescimento baseado nas exportações e endividamento. Com a falta de grandes crescimentos no mundo e o baixo nível de troca comercial, o crescimento chinês caiu de 6,9% em 2015 para 6,7% em 2016, com viés de desaceleração prolongada.

Ao contrário do setor primário que está em expansão, as empresas e as autoridades locais estão fortemente endividadas, e a injeção de bilhões de Yuans na economia alimenta a especulação. A dívida das empresas estatais é de 145% do PIB e a dívida do setor privado atingiu 275% em 2016. O consumo também vem diminuindo e a depreciação do Yuan em relação ao dólar norte-americano levou a uma fuga de capitais. As reservas cambiais do Banco Central estão diminuindo, o que obrigou as autoridades a diminuir o nível de investimento. Por fim, a qualidade dos ativos bancários tem se deteriorado, uma tendência provavelmente subestimada devido ao peso do setor bancário paralelo.

Gráfico 10 – PIB – China



Fonte: Broadcast

O principal risco atribuído à China, não seria a redução de seu crescimento econômico, que ainda se encontra em patamares inimagináveis para países como o Brasil e sim seu crescimento baseado em endividamento. O receio global é o acontecimento de uma nova crise bancária, como aconteceu nos EUA na década passada. Todavia, o governo chinês tem implantado inúmeras medidas de combate ao problema, como o intercâmbio da dívida por ações, e é possível que o ainda grande estoque de divisas no país assim como cuidadoso controle de crédito podem evitar a crise.

No entanto, apesar da importância da economia chinesa para o Brasil, as exportações brasileiras para a China registraram no primeiro bimestre de 2017 a maior elevação da série histórica para o período e cresceram 94,38%, totalizando US\$ 6,246 bilhões. Em igual período do ano passado, o Brasil exportou para a China mercadorias no valor total de US\$ 3,213 bilhões, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O desempenho deveu-se a altas apreciáveis nos embarques de produtos básicos, como petróleo, minérios de ferro e soja, que em seu conjunto responderam por 77% de todo o volume exportado para o país asiático.

1.3. PETRÓLEO E CÂMBIO

1.3.1 PETRÓLEO

A partir do segundo semestre de 2014, o preço do barril de petróleo demonstrou intensa desvalorização. Esse comportamento de mercado é uma reação à oferta global excessiva e uma demanda fraca, onde a configuração do mercado foi alterada pela entrada maciça da produção de petróleo de xisto pelos EUA. A estratégia adotada pelos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi inundar o mercado com a commodity, aumentando ainda mais a oferta, acarretando redução do preço e conseqüentemente prejudicando a produção de xisto pelos EUA.

A demanda global de petróleo cresceu 1,38 milhões de barris ao dia (mb/d) em 2016 em relação a 2015, totalizando 95,05 mb/d. Tal movimento é alavancado principalmente pela economia indiana que cresce a patamares acima de 7% ao ano. Com a economia em expansão, a tendência é o aumento de demanda de *commodities* primárias necessárias ao crescimento ao setor industrial.

Há expectativa de desaceleração do nível de estoques com o anúncio de corte de produção da OPEP, aderido também por países não pertencentes a este grupo, tal como a Rússia. Este posicionamento trás um parecer favorável quanto à recuperação dos preços do barril de petróleo. A melhoria do cenário econômico mundial indica que a

demanda deve voltar a crescer, levando as variáveis macroeconômicas a um ponto de equilíbrio.

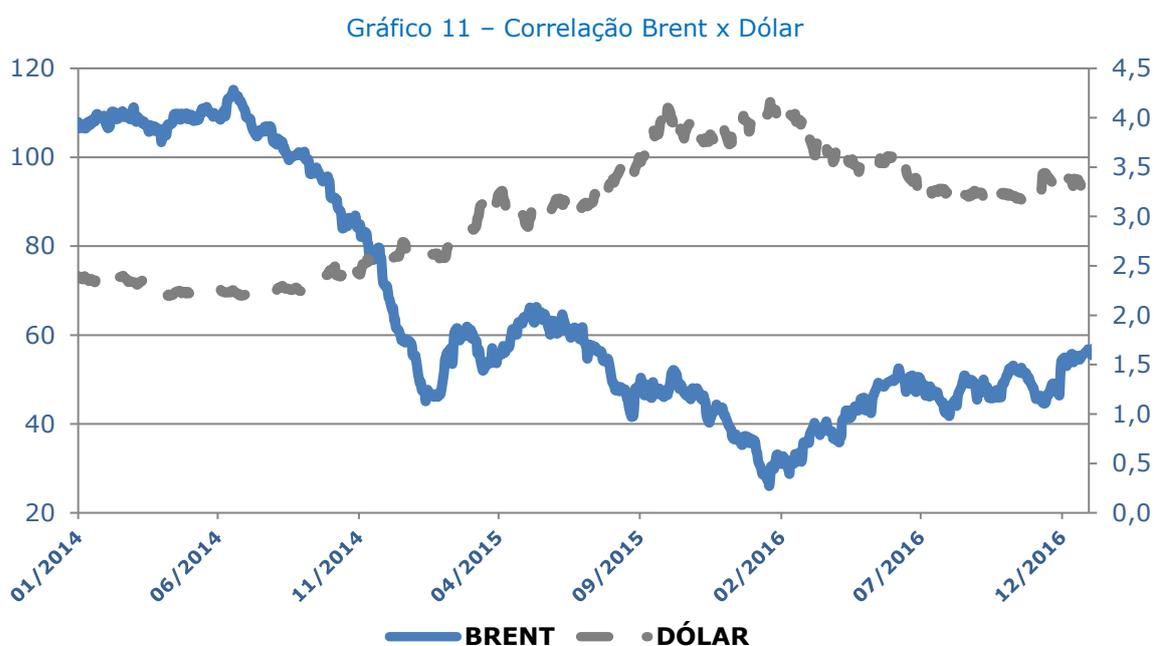
Já em relação à oferta, os países que não integram a OPEP produziram 57,34 mb/d com declínio de 0,66 mb/d em relação ao ano anterior. Necessário destacar-se que 65% desta redução foi consequência do abandono da produção de xisto pelos EUA, visto que os preços chegaram a patamares muito baixos, tornando-se muito custoso a continuidade produtiva.

Já os países integrantes da OPEP, produziram, segundo fontes secundárias, o total de 32,47 mb/d em 2016 caracterizando um aumento produtivo de 0,97 mb/d em relação ao ano de 2015. De forma clara, observa-se que os países integrantes da OPEP compensaram a redução de oferta de grandes produtores que não fazem parte de seu bloco, como os EUA, em um nítido objetivo de desvalorização de preços.

1.3.2 CÂMBIO

O câmbio encerrou o ano de 2016 cotado em R\$ 3,26, em movimento de apreciação cambial, já que ao final de 2015 o valor do câmbio estava em R\$ 3,87. O cenário interno, com a expectativa de reformas estruturantes, aliado às incertezas da economia norte-americana com Donald Trump deu vida ao movimento relatado.

Essa tendência de desvalorização do dólar pode ajudar a recuperar os preços do petróleo, variáveis estas que tem forte correlação inversa, conforme demonstrado.



Fonte: Bacen/OPEP

1.4. MERCADO DOMÉSTICO

1.4.1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira entrou em evidência pelo fraco desempenho. O PIB encolheu 3,6% no ano de 2016, já a inflação fechou em 6,29%, ficando próximo do teto da meta inflacionária fixada pelo Banco Central, de 6,5%. Neste mesmo ano, a partir do quarto trimestre, o governo passou a adotar um ciclo de afrouxo monetário, com a taxa de juros oficial do país, Selic, encerrando o ano em 13,75 a.a. Além disso, o Real sofreu desvalorização sendo cotado em US\$ 3,26 no final do período observado, patamar este inferior ao apresentado em dezembro de 2015 no qual a moeda norte-americana fechou o ano em US\$ 3,94.

No que tange ao PIB discriminado por setores, observa-se que pela primeira vez desde a década de 90 todos os setores da economia brasileira apresentaram decréscimos. A indústria recuou 3,8% em comparação ao ano anterior, tendo como principal propulsora a atividade de construção, que obteve taxa negativa de 5,2%. O setor agropecuário registrou uma expressiva contração de 6,6%, consequência da baixa produção dos principais produtos agrícolas do país: soja e milho. Já o setor de serviços apresentou recuo de 2,7%, ocasionado, principalmente, pelos segmentos de transporte, armazenagem e correios e comércio que apontaram queda de 7,1% e 6,3%, respectivamente.

Em valores correntes, as riquezas produzidas no Brasil somaram R\$ 6,26 trilhões, enquanto o PIB per capita ficou em R\$ 30.407, apresentando um tombo de 4,4% diante de 2015.

No que diz respeito à balança comercial, o país registrou em 2016 o maior superávit do início da série analisada: as exportações superaram as importações em US\$ 47,69 bilhões. Apesar do saldo positivo, a saída de mercadorias apresentou decréscimo de 3,18% em comparação a 2015, porém as entradas de produtos no país caíram a uma taxa ainda maior, 19,78%, impulsionada pela crise econômica e pelo dólar elevado. Este movimento de queda mais acentuada das importações perante as exportações foi o fator preponderante na obtenção deste superávit comercial.

Sob a ótica da demanda agregada, a formação bruta de capital fixo (indicador de investimento) apresentou uma retração de 10,2%. Este recuo, que pode ser explicado pela queda da produção interna e da importação de bens de capital, foi mais intenso do que o observado no mesmo período do ano anterior, configurando assim, no terceiro ano consecutivo de baixa no indicador.

Em relação à taxa de investimento, o ano de 2016 registrou uma proporção de 16,4% do PIB, percentual este abaixo do visto em 2015, de 18,1%. Já a taxa de poupança teve um ganho de poder aquisitivo de 1,9%. O provento nominal de tal aplicação auferiu 8,3% contra 6,29% da inflação, representando assim o melhor resultado visto desde 2009.

Em última instância, a despesa de consumo das famílias, que durante anos amparou o crescimento da economia, recuou 4,2% em relação a 2015. De acordo com o IBGE fatores como, restrição ao crédito e a queda da renda auxiliam no entendimento deste resultado.

1.4.2. INFLAÇÃO

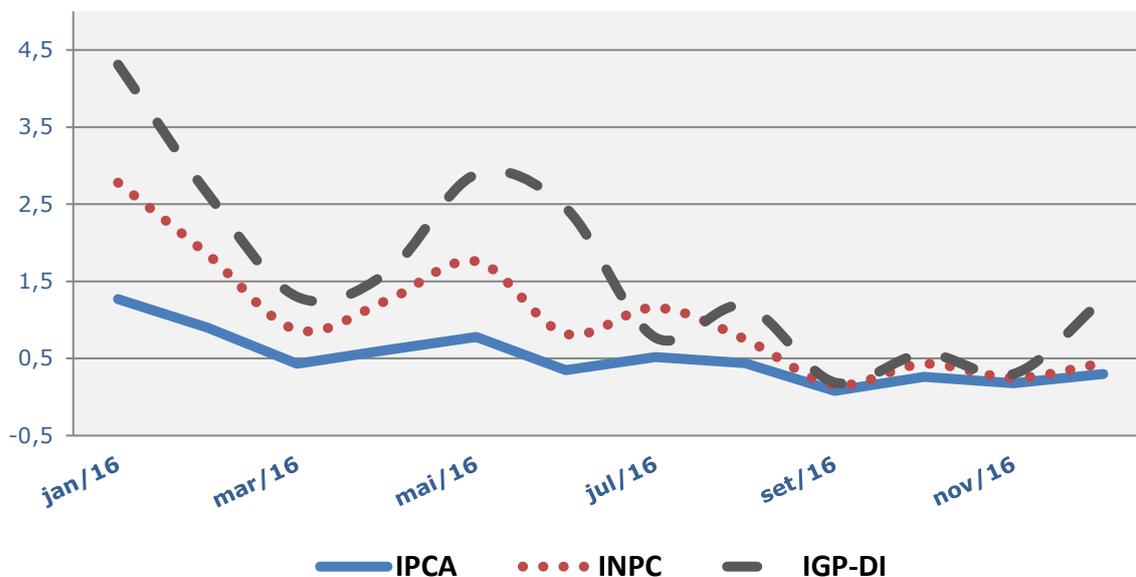
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2016 em 6,29%, resultado de pressões dos gastos com alimentação, saúde e transportes. Contudo, este número apresentou-se abaixo da taxa apurada em 2015 de 10,67%. Com o resultado o governo ficou acima da meta de inflação, estipulada em 4,5% com margem de 2,0 pontos percentuais, para mais ou para menos, fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reflete o custo do consumo médio da camada de renda mais baixa da população e também é utilizado como referência da meta atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), registrou variação de 6,58% no ano, menor que os 11,2% de 2015.

A variação dos preços sob a perspectiva do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou em 2016 uma alta de 7,18%, valor este, menor do que o apresentado em 2015 quando o indicador registrou uma variação de 10,70%.

O IPCA se refere às famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos, enquanto o INPC abrange famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos. Já o IGP-DI abrange toda a população, sem restrição de nível de renda.

Gráfico 12 – Variação Mensal do IPCA, INPC e IGP-DI

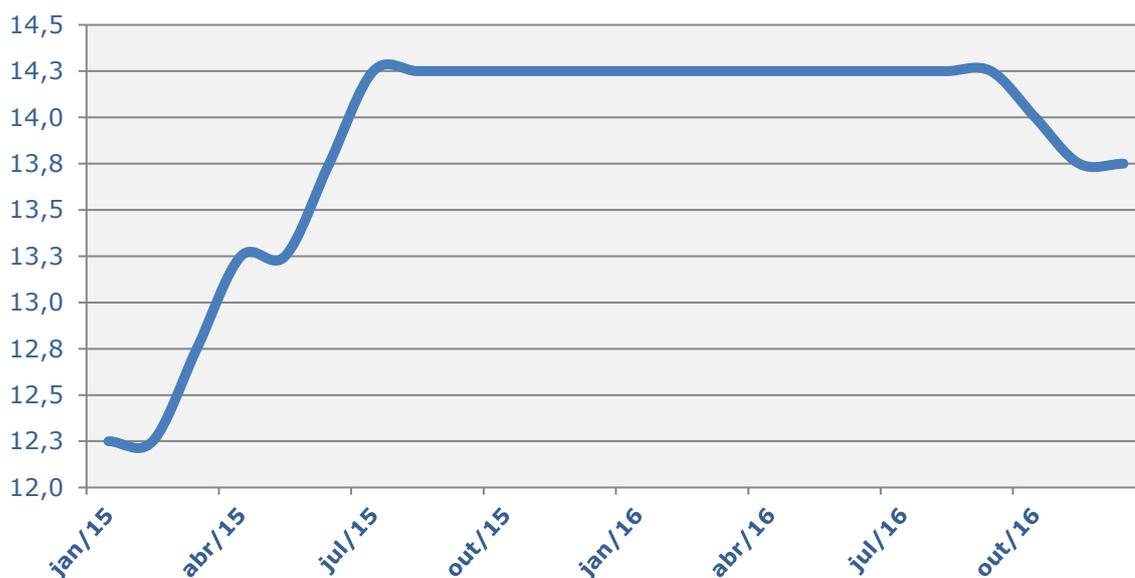


Fonte: IBGE/FGV

1.4.3. TAXA DE JUROS

Com a intenção de colocar a inflação na trajetória para o centro da meta, o Banco Central adotou no quarto trimestre de 2016 uma política monetária expansionista, ao qual a taxa Selic passou a sofrer pequenas reduções, após ficar um pouco mais de um ano congelada no patamar de 14,25% a.a. Em outubro do ano observado, a taxa passou para 14,00% e obteve mais um corte em novembro ficando em 13,75%. O encolhimento totalizou 0,5 pontos percentuais até o término do ano com o objetivo de estimular o crescimento econômico.

Gráfico 13 – Variação Mensal da Taxa de Juros Selic (%)



Fonte: Bacen

1.4.4. MERCADO ACIONÁRIO

O Ibovespa encerrou 2016 aos 60.227 pontos, com uma valorização anual de 38,94%. O Brasil iniciou o ano refletindo praticamente o mesmo cenário de incertezas vista no período anterior, onde a deterioração da conjuntura fiscal, o baixo crescimento econômico e a pressão inflacionária criaram aversão por parte dos investidores ao mercado doméstico de ações, que questionavam a solvência do país. A mudança de governo, acrescida com medidas que visam tentar reequilibrar as contas públicas, animou o mercado. Além disso, houve apreciação de algumas *commodities*, tais como petróleo, beneficiando as bolsas, haja vista que estas são influenciadas, em sua maioria, por movimentos dos mercados destes produtos. No que tange ao cenário externo, o Brexit no Reino Unido e a posse de Donald Trump nos EUA, adicionaram volatilidade ao mercado. Entretanto, o que deu maior direção a tal movimento, sem dúvidas, foi o quadro doméstico.

Gráfico 14 – Evolução do Ibovespa (pontos)



Fonte: BM&FBovespa

1.4.5. BALANÇA DE TRANSAÇÕES CORRENTE

No ano de 2016 o resultado das transações correntes (saldo das trocas de mercadorias e serviços do Brasil com o resto do mundo) foi negativo em US\$ 23,507 bilhões, o que corresponde a 1,3% do PIB. Apesar de caracterizar um déficit, este número representa uma melhora em relação a 2015, ao qual foi registrado valor negativo de US\$ 58,9 bilhões, equivalente a 3,28% do PIB.

A composição deste saldo devedor está relacionado, principalmente, com resultado da balança comercial e da balança de serviços. A primeira, em 2016, obteve

superávit de US\$ 45 bilhões, já a segunda apresentou US\$ 30,4 bilhões negativos. Logo, pode-se concluir que a redução do déficit em transações correntes está fundamentada no bom desempenho apresentado pela balança comercial.

Vale ressaltar ainda, que no período em análise, o investimento direto no país alçou o valor de US\$ 78,9 bilhões positivo (representando 4,36% do PIB), enquanto os ingressos em 2015 totalizaram US\$ 74,48 bilhões. Este resultado visto em 2016 foi facilmente capaz de financiar o déficit apresentado pelas transações correntes.

2. Orçamento

2.1 DESPESAS

2.1.1. FUNDO FINANCEIRO

Tabela 01: Despesas – Fundo Financeiro

Despesa	R\$Milhão				
	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
Inativos	13.178,16	20.790,36	10.803,15	10.803,15	9.607,91
Pensionistas	4.037,39	5.367,10	3.263,73	3.263,73	2.615,87
Pessoal Próprio	53,36	53,36	41,41	41,41	34,56
Manutenção do Órgão	186,38	186,38	22,92	22,92	22,42
Sentenças Judiciais	172,48	172,48	41,17	41,17	34,23
DEA	-	-	1.718,00	1.718,00	1.546,33
Obras e Instalações	11,90	11,90	-	-	-
Outras Despesas	186,65	186,65	132,37	132,37	109,36
TOTAL	17.826,31	26.768,22	16.022,76	16.022,76	13.970,68

Fonte: SIAFE-Rio 29/06/2018

Em 2016, o Rioprevidência projetou uma dotação inicial de R\$ 17,8 bilhões reais para suas despesas, sendo a maior parte destinada ao pagamento de inativos (74%) e a segunda maior despesa alocada para pagamento de pensionistas (23%). Dessa dotação, 73% estava prevista para ser utilizada com Recursos Próprios (Fonte 231) e o restante com Recursos do Tesouro, sendo 15% com Fonte 100 (Ordinários provenientes de Impostos), 11% com Fonte 133 (Alienação de Bens) e 1% com Fonte 101 (Ordinários não provenientes de impostos).

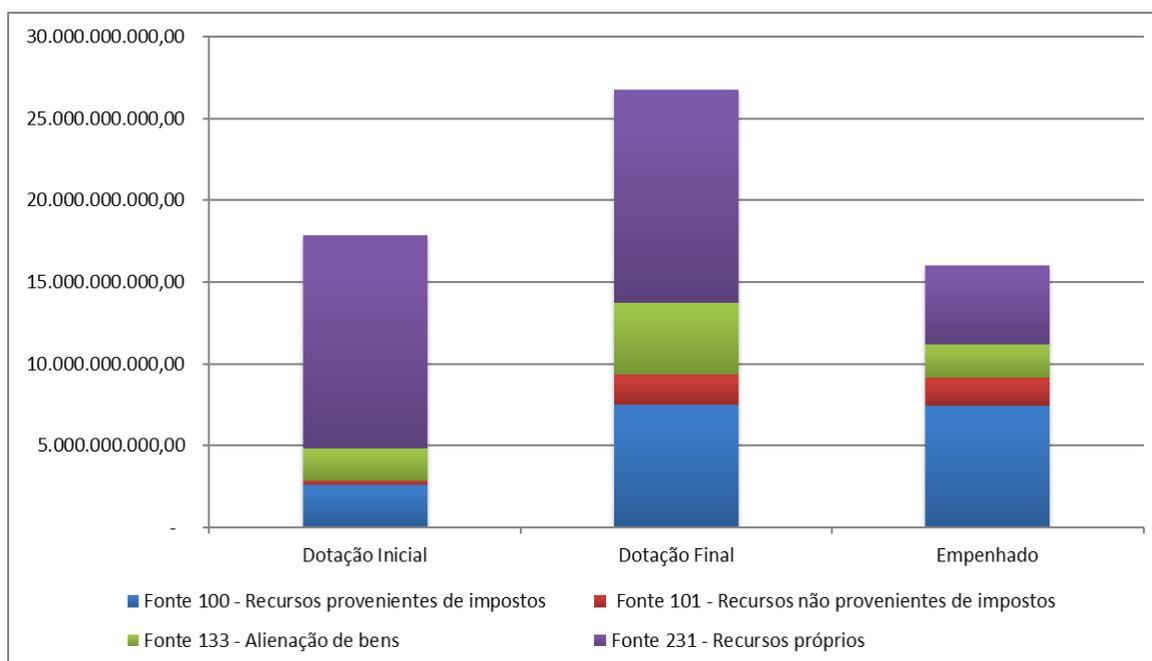
No entanto, durante o exercício foram abertos vários créditos suplementares, o que totalizou uma dotação final de R\$ 26,77 bilhões de reais, correspondendo a um acréscimo de, aproximadamente, 50% em relação ao inicialmente orçado. As

suplementações foram utilizadas no pagamento de inativos e pensionistas no período. O nível de recursos próprios não foi alterado, porém houve acréscimo de quase R\$ 5 bilhões de reais na fonte 100, R\$ 1,6 bilhão na fonte 101 e R\$ 2,4 bilhões na fonte 133.

Contudo, devido à crise econômica do Estado do Rio de Janeiro nesse ano, o Rioprevidência empenhou R\$ 16 bilhões de reais, o equivalente a 60% da dotação final. Deste montante, as despesas mais relevantes foram com inativos (R\$ 10,8 bilhões), pensionistas (R\$ 3,3 bilhões) e despesas de exercícios anteriores (R\$ 1,7 bilhão).

Houve liquidação total da despesa empenhada. Todavia, a autarquia encerrou o ano de 2016 com um total de restos a pagar processados da ordem de R\$ 2 bilhões, o equivalente a aproximadamente, 13% da despesa empenhada no período.

Gráfico 15: Distribuição dos Recursos por Fonte – Fundo Financeiro



Fonte: SIAFE-Rio 29/06/2018

2.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Tabela 02: Despesas – Fundo Previdenciário

Despesa	R\$Milhão				
	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
Inativos	0,04	0,04	-	-	-
Pensionistas	0,60	0,60	0,54	0,54	0,22
Desp. Administrativas	0,01	22,01	9,53	9,53	6,36
DEA	-	-	11,20	11,20	11,20
Reserva de contingência	199,25	175,90	-	-	-
PASEP	1,86	3,21	3,19	2,10	1,76
TOTAL	201,76	201,76	24,47	23,38	19,53

Fonte: SIAFE-Rio 29/06/2018

No fundo previdenciário, a dotação inicial em 2016 foi de R\$ 201 milhões de reais. Ressaltando-se, que a maior parte dos recursos foi alocada no programa de trabalho 997 – Reserva do Regime Próprio de Previdência Social. Esse programa foi criado como forma de equilíbrio do fundo, igualando Receitas e Despesas orçamentárias, pois por ser um fundo novo, seu nível de despesa ainda é muito aquém de suas receitas.

Ao final do exercício não houve alteração no montante total destinado ao fundo. Foram realizados apenas remanejamentos para reforço de dotações referentes ao pagamento de despesas administrativas e PASEP. Não foram realizados gastos com inativos no fundo previdenciário no ano em análise.

Foram empenhados R\$ 24,5 milhões no fundo previdenciário, sendo, 45,8% deste valor referente a despesas de exercícios anteriores. Do total de empenho, 95% foi liquidado (obtendo-se assim um montante de pouco mais de R\$ 1 milhão de restos a pagar não processados) e foram pagos 79,8% (restando R\$ 5 milhões em restos a pagar processados).

2.2 RECEITAS

Quanto às receitas, no ano de 2016 o Rioprevidência arrecadou recursos provenientes de fonte própria, no valor de R\$ 4,71 bilhões, representando uma redução de 63,95 % em relação a 2015 quando a receita arrecadada foi de R\$ 13,05 bilhões.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita arrecadada, distribuída entre os principais itens:

Tabela 03: Arrecadação

Receita	Estimativa Inicial	Arrecadada 2016		
		Valo	Part. %	△%
Royalties	1.176,43	33,21	0,71	-97,18
Participação Especial	3.023,77	0,00	0,00	-100,00
FEP	3,98	0,18	0,00	-95,50
Contribuição Servidor - Plano Financ.	1.992,17	1.785,56	37,95	-10,37
Contribuição Patronal - Plano Financ.	2.912,37	2.276,83	48,39	-21,82
COMPREV	82,63	96,62	2,05	16,93
FUNDES	172,42	37,47	0,80	-78,27
Rend.Aplicações Financeiras - Pl.Financ.	3,75	2,92	0,06	-22,04
Outras Receitas	3.667,75	282,06	5,99	-92,31
SUBTOTAL - PLANO FINANCEIRO	13.035,27	4.514,85	95,95	-65,36
Contrib.Servidores - Plano Previdenc.	53,49	41,19	0,88	-22,98
Rend. Aplic. Financeiras - Plano Previd.	41,31	66,04	1,40	59,85
Contrib. Patronal - Plano Previd.	106,96	81,14	1,72	-24,14
Demais Receitas	0,00	2,31	0,05	-
SUBTOTAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO	201,76	190,69	4,05	-5,49
T O T A L	13.237,03	4.705,53	100,00	-64,45

Fonte: SIAFE-Rio 29/06/2018

O valor total arrecadado em 2016 foi 64,45% inferior à estimativa inicial.

2.2.1. FUNDO FINANCEIRO

As receitas provenientes do petróleo somaram R\$ 33,39 milhões correspondendo a apenas 0,71% do total de recursos estimados inicialmente em 2016. Essas receitas frustraram as expectativas em comparação a 2015, quando totalizaram R\$ 1,39 bilhão. Sendo assim, houve uma redução de 97,59% no período. A forte queda na arrecadação das receitas de Royalties e Participação Especial em relação à estimativa inicial reflete a aplicação de três dispositivos:

- do pagamento do serviço da dívida do Estado para a União;
- das deduções dos juros e encargos das operações externas de cessão de Direitos de Royalties e Participação Especial realizadas em 2014 e
- a forte queda do preço do barril de petróleo Brent.

As contribuições de servidor e patronal somaram R\$ 4,06 bilhões, valor 9,49% menor do que o arrecadado em 2015 que foi de R\$ 4,49 bilhões. Comparativamente à receita inicial a arrecadação foi 17,17% menor pelo fato de não ter havido pagamento das folhas no mês de dezembro/16 e do 13º Salário e, conseqüentemente, a arrecadação das respectivas contribuições.

A receita de COMPREV foi o único item que apresentou variação positiva de 16,93% comparativamente à estimativa inicial.

O fluxo financeiro do FUNDES foi menor que a previsão inicial em 78,27% devido ao leilão público dos principais contratos realizado em outubro/2015.

A pequena arrecadação da receita de "Rendimentos de Aplicações Financeiras" decorre da menor disponibilidade diária de caixa proveniente da entrada reduzida dos recursos de Royalties e Participação Especial.

Na composição da receita da LOA, no item "Outras Receitas", estava prevista a realização de outra operação de cessão de Direitos de Royalties e Participação Especial que geraria o ingresso de recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Essa medida acabou não se concretizando. Foi também estimada uma arrecadação de R\$ 1,15 bilhão de alienação de imóveis, mas ao final do exercício essa rubrica totalizou apenas R\$ 17,77 milhões.

2.2.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

As receitas do plano previdenciário foram frustradas em 5,49% com relação à projeção inicial para o exercício de 2016. Comparativamente ao exercício de 2015 a arrecadação de R\$ 190,69 milhões foi 5,03% superior à arrecadação de 2015 (R\$ 181,56 milhões).

Apesar da queda de arrecadação nas contribuições, houve um aumento na arrecadação dos recursos no fundo previdenciário com os rendimentos de aplicação financeira em quase 60% em relação ao inicialmente previsto, fato este, consequência da disponibilidade de caixa derivado do superávit do fundo

3. FUNDO FINANCEIRO

3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Rioprevidência encerrou dezembro de 2016 com ativo total de R\$ 119.732,76 bilhões, 253,16% maior do que o registrado em dezembro de 2015.

Tabela 04: Composição do Ativo

ATIVOS	Dez. 2015	Dez. 2016	Variação %
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	29.524,87	111.792,85	278,64%
CAIXA E DISPONIBILIDADES	55,36	65,40	18,13%
DÍVIDA ATIVA	39,63	928,88	2243,95%
IMÓVEIS	382,20	371,27	-2,86%
ICMS PARCELADO	2.792,05	3.234,20	15,84%
FUNDES	392,31	762,54	94,37%
VALORES A RECEBER DO ERJ + BERJ	407,04	407,04	0,00%
OUTROS	309,80	2.170,59	600,65%
ATIVO TOTAL	33.903,25	119.732,76	253,16%

Fonte: Balanço Patrimonial -GCO

As variações no ativo são explicadas pelo comportamento de suas contas, conforme especificado a seguir:

Royalties e Participações Especiais: O aumento de 278,64% em relação ao ano anterior deveu-se principalmente ao cumprimento da notificação nº07104/2016 de 28/06/2016 do Ministério da Previdência Social. A notificação exigiu cumprimento da PORTARIA MPS Nº 403 de dez 2008 (Nova redação dada pela PORTARIA MPS Nº 21, DE 16/01/2013) que instituiu para o plano financeiro que as projeções atuariais de receitas e despesas sejam avaliados a taxa real de juros referencial de 0%.

Dívida Ativa: Este ativo corresponde ao saldo líquido do direito chamado "dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro" incorporado ao patrimônio do Rioprevidência. A partir de 2013, são considerados apenas os créditos inscritos até 1997, em função do Decreto nº 44.006 que anulou o Decreto nº 37.050/2005.

ICMS Parcelado: O ICMS parcelado é um ativo incorporado pelo Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio do Rioprevidência e trata-se de créditos tributários parcelados, de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, existentes até a data de publicação do decreto 36.994, de 25 de fevereiro de 2005. É um direito a receber do Estado do Rio de Janeiro atualizado anualmente pela Secretaria de Fazenda sobre os pagamentos efetuados.

FUNDES: Em 17 de outubro de 2006, o Estado do Rio de Janeiro incorporou, através do decreto 40.155, ao patrimônio do Rioprevidência, os valores referentes ao fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei 8/75, ingressos no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007. Para a contabilização do ativo, é considerado o valor presente de fluxo futuro desse crédito. Em dezembro o valor do ativo foi de R\$ 762 milhões, 94,37% maior do que o registrado em 2015. O

aumento pode ser explicado pela utilização da taxa real de juros referencial de 0% para desconto dos ativos, alteração exigida pela Portaria SPS/MPS nº. 403, de 10 de dezembro de 2008, alterada pela Portaria MPS nº 21, de 16 de janeiro de 2013. Destaca-se também a inclusão da Cervejaria Petrópolis S.A. no Programa RIOINVEST pelo Decreto n.º 45.446, de 11 de novembro de 2015.

Valores a receber do Estado do Rio de Janeiro e BERJ: Esses ativos tem origem em direitos contra o Estado do Rio de Janeiro oriundos das obrigações do BERJ junto ao Rioprevidência, assumidas pelo estado do Rio de Janeiro.

Outros: Nesta conta estão incluídas as seguintes rubricas: contribuições previdenciárias a receber, almoxarifado, responsáveis por danos e perdas, bens móveis, intangível, aluguéis a receber e outros.

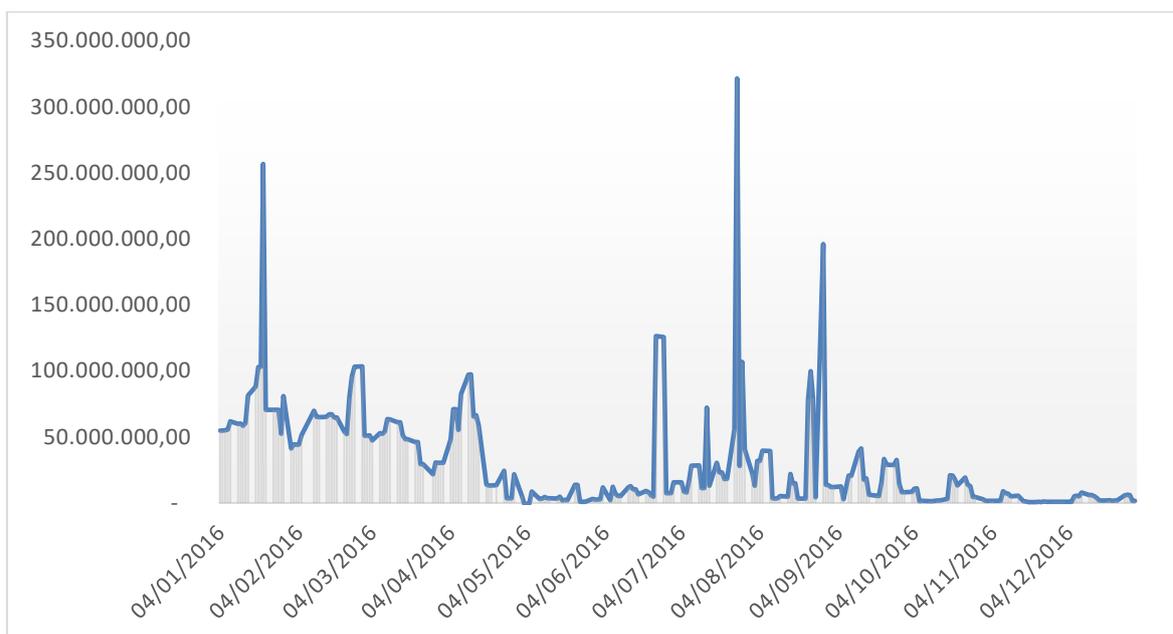
3.2 FLUXO DE CAIXA

O Fundo Financeiro iniciou 2016 com R\$ 54,84 milhões em caixa e encerrou com R\$ 1,69 milhões, demonstrando um decréscimo de 96,9% durante ao ano.

Os ingressos financeiros totalizaram R\$ 13,98 bilhões, apresentando um acréscimo de 4,3% em relação ao ano anterior, quando somaram R\$ 13,41 bilhões, enquanto os dispêndios em 2016 foram de R\$ 13,98 bilhões, valor 0,3% maior do que o observado em 2015.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 16: Saldos das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

Na tabela abaixo, pode-se visualizar os ingressos de recursos do Rioprevidência em 2016.

Tabela 05: Demonstrativo de Entrada de Recursos

INGRESSOS	2015	%	2016	%	R\$ Milhões
					Varição %
PEA	642,36	4,79%		0,00%	-100,00%
ROYALTIES + FEP	743,51	5,54%	33,39	0,24%	-95,51%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	1.774,80	13,23%	1.785,56	12,76%	0,61%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2.713,62	20,23%	2.276,83	16,28%	-16,10%
FUNDES	155,23	1,16%	37,47	0,27%	-75,86%
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	76,25	0,57%	2,92	0,02%	-96,17%
COMPREV	79,53	0,59%	96,62	0,69%	21,49%
APORTE DO TESOURO	542,09	4,04%	9.474,76	67,73%	1647,82%
OUTRAS RECEITAS	6.686,69	49,85%	282,06	2,02%	-95,78%
RECEITAS TOTAL	13.414,08	100,00%	13.989,61	100,00%	4,29%

Fonte: GOP

Em 2016, o Rioprevidência recebeu R\$ 33,39 milhões de royalties e participação especial, queda de 97,59% em relação a 2015, quando o Fundo arrecadou R\$ 1,38 bilhões. O motivo da queda deveu-se ao pagamento das operações realizadas em 2014.

As contribuições de servidor e patronal somaram o valor de R\$ 4,06 bilhões, valor 9,49% menor do que o arrecadado em 2015 de R\$ 4,48 bilhões.

Como já abordado em seção anterior, o fluxo financeiro do FUNDES foi menor que a previsão inicial em 75% devido ao leilão público dos principais contratos realizado em outubro/2015.

Os rendimentos das aplicações totalizaram 2,92 milhões, representando uma redução de 96,17% em relação a 2015. Isso se deve ao fluxo de caixa médio ter sido bem inferior ao do ano anterior. Já, a receita do COMPREV teve aumento de 21,49% na arrecadação.

Quanto as demais receitas, houve redução substancial de 95% devido a, em 2015, o Rioprevidência ter recebido R\$ 6.650.596.901,62 referentes a Depósitos Judiciais (TJ). A edição da Lei Complementar 163 de 31 de março de 2015 permitiu a transferência de até 62,5% (sessenta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor atualizado dos depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, para, entre outros fins, a capitalização, pelo Estado, do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA, no limite de até 37,5% (trinta e sete inteiros e cinco décimos por cento).

Destaca-se em 2016, o montante de R\$ 9.474,76 bilhões de recursos provenientes do Tesouro para satisfazer as necessidades de pagamentos das folhas de inativos e pensionistas. Estes aportes corresponderam a 67,73% das entradas de recursos em 2016.

Os dispêndios aumentaram 0,33% em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Tabela 06: Demonstrativo de Desembolso

	R\$ Milhões				
DISPÊNDIOS	2015	%	2016	%	Varição %
Inativos	10.176,86	22,46%	9.607,91	18,97%	-5,6%
Pensionistas	3.092,11	22,21%	2.615,87	18,73%	-15,4%
Pessoal Próprio	34,91	0,25%	34,57	0,25%	-1,0%
Manutenção do Órgão	171,07	1,23%	22,42	0,16%	-86,9%
Sentenças Judiciais	144,40	1,04%	9,09	0,07%	-93,7%
DEA	93,30	1,52%	1.546,33	0,96%	1557,4%
Obras e Instalações	-	0,00%	-	0,00%	
Outras Despesas	211,11	1,52%	133,51	0,96%	-36,8%
DESPESAS TOTAL	13.923,76	26,24%	13.969,69	20,15%	0,33%

Fonte: GOP

Os principais compromissos financeiros do Rioprevidência são os pagamentos de benefícios previdenciários. As folhas brutas totais de inativos, pensionistas e despesas de exercícios anteriores (DEA de 2015 – R\$1,5 bilhão) somaram R\$ 13,77 bilhões, sendo o equivalente a 98,57% do total de desembolsos do ano. O Rioprevidência contou com

o aporte de R\$ 9,47 bilhões de recursos do Tesouro para custear a despesa com inativos e pensionistas.

Ademais, dada a insuficiência de recursos próprios e a dificuldade de caixa do Tesouro, parte da despesa com inativos e pensionistas dos meses de outubro e novembro e 13º salário e a folha bruta total do mês de dezembro não foram realizadas dentro do exercício, resultando em DEA de 2016 a ser pago em 2017 no valor de R\$2,24 bilhões.

Atenta-se também à redução de determinadas despesas como o pagamento de sentenças judiciais, custeio e outras despesas.

3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria de Investimentos do Fundo, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e publicado no site do Rioprevidência, sempre antes do início do exercício a que se refere. Esse Plano segue a legislação em vigor e estabelece diretrizes, objetivos e limites para os investimentos.

Mensalmente, o Comitê de Investimentos se reúne para definir a estratégia de alocação de recursos para o mês seguinte, realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e das expectativas em relação ao futuro. As decisões de investimento da Diretoria de Investimentos estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

Conforme definido no PAI, as aplicações financeiras do Fundo Financeiro em 2016 se concentraram em ativos com baixa volatilidade devido a constante saída de recursos do caixa. Ou seja, o Fundo deve ter o mínimo possível de exposição ao risco de mercado.

Portanto, o Rioprevidência alocou seus recursos, principalmente, em cotas de fundos de investimento referenciados DI ou de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, com lastro predominantemente em títulos públicos federais.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras da Autarquia totalizavam R\$ 1,15 milhões, investidos em fundos de investimento do tipo referenciados DI.

Os fundos de investimento em que o Rioprevidência alocou recursos são do tipo referenciado DI, isto é, com rentabilidade atrelada à taxa de juros pós-fixada de um dia, e do tipo Renda Fixa, com o DI como parâmetro de rendimento.

Tabela 07: Alocação de Recursos

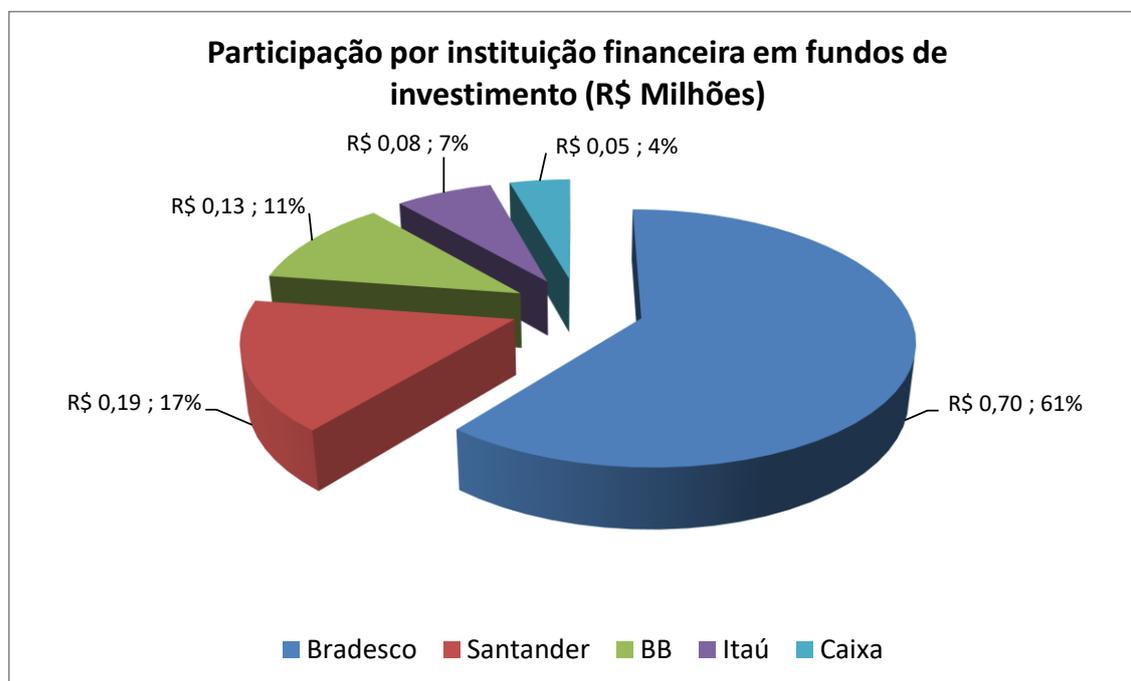
FUNDO FINANCEIRO					DEZEMBRO 2016			
Fundos de Investimento		Participação do RIOPREVIDÊNCIA			Rent. Acum. (%)			Tx. Adm.
Nome do Fundo	Gestor	Valor dos Fundos (R\$ MM)	Part. % no PL dos Fundos	PL dos Fundos	Mês	Ano	12 meses	(% a.a.)
BB Institucional FI Renda Fixa	BB DTVM	0,13	0,02%	781,54	1,15	13,38	13,38	0,20
BB Títulos Públicos FI Ref. DI LP	BB DTVM	0,00	0,00%	4.144,33	1,10	13,81	13,81	0,10
Bradesco Premium FI Ref. DI	BRAM-Asset	0,69	0,01%	7.364,69	1,12	14,25	14,25	0,20
Bradesco H FI RF Ref. DI LP (Antigo HSBC)	BRAM-Asset	0,01	0,00%	6.330,65	1,12	14,01	14,01	0,20
BTG Pactual Tesouro Selic FI RF (*)	BTG P.- Asset	0,00	0,00%	569,15	1,09	13,63	13,63	0,20
Caixa Brasil FI Ref. DI LP	CAIXA	0,05	0,00%	5.994,85	1,11	14,00	14,00	0,20
Itaú Institucional FI RF Ref. DI	Itaú	0,08	0,01%	1.395,64	1,12	14,07	14,07	0,18
Santander Corporate FIC Ref. DI (*)	Sant.-Asset	0,19	0,00%	5.440,22	1,13	14,04	14,04	0,20
TOTAL		1,16						

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa, Itaú e Santander.
(*) - Valores bloqueados, em verificação pelo Rioprevidência.

Fonte: GOP- Rioprevidência

Com relação ao volume de recursos alocado em cada instituição financeira credenciada, dois pontos foram observados: (i) a rentabilidade e a volatilidade que cada fundo apresentava; (ii) a capacidade de absorção dos recursos pelos fundos da Instituição Financeira, dado que o RPPS só pode ter até 25% do total das cotas de um fundo de investimento.

Gráfico 17: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/16



Fonte: GOP

Tabela 08: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

FUNDO FINANCEIRO DEZEMBRO 2016		
Posição Consolidada da Carteira	(R\$)	(% do total)
1- Títulos Públicos Federais	842.441	0,2%
1.1 - Prefixados	153	0,0%
1.2 - Pós-fixados	347.086	0,1%
1.3 - Operações Compromissadas	495.202	0,1%
2- Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	315.146	0,1%
3.1 - CDB	39.364	0,0%
3.2 - Let. Financeira	234.236	0,1%
3.3 - Debêntures	38.559	0,0%
3.4 - DPGE	2.501	0,0%
3.5 - Outros Títulos	485	0,0%
3- Cotas de Fundos (II)	1.650	0,0%
4- Tesouraria (III)	8	0,0%
5- Imóveis (IV)	347.884.893	99,7%
Total da Carteira	349.044.137	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, BTG Pactual, Bradesco, Caixa, HSBC, Itaú e Santander.

(I) Valor em Cotas dos Fundos BB Institucional, BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI, Bradesco H FI RF Ref DI LP, Itaú Institucional DI e Santander Corporate que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos: BB Institucional, BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Bradesco H FI RF Ref DI LP e Santander Corporate investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

(IV) Refere-se ao valor apurado em 31/12/2016.

Fonte: GOP

Os investimentos do Rioprevidência no ano respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos para o período.

Tabela 09: Posição Consolidada por Segmento

FUNDO FINANCEIRO				DEZEMBRO 2016	
Posição da Carteira em 30/12/2016, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10 e alterações					
Segmento	Tipo de Ativo	Valores (R\$)	% (IV)	Limites PAI (% total)	Limite da Resolução nº 3.922/10
Renda Fixa (I)	FI/FIC RF ou Referenciado (Art. 7º, IV)	<u>1.159.244</u>	<u>0,00%</u>	8,0%	Até 30,0%
Total Renda Fixa		<u>1.159.244</u>	<u>0,00%</u>		
Total do Ativo do Rioprevidência (II)		119.954.480.910			
Imóveis (III)	Terrenos e Edificações	347.884.893			

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa, Itaú (I) e Santander.

Glossário:

FI/FIC - Fundos de Investimento

PAI - Plano Anual de Investimentos (Limites definidos no PAI)

Qualquer indicador de desempenho de Renda Fixa. Inclui valor em cotas dos Fundos: BB Institucional RF, Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI, Bradesco H FI RF Ref DI LP e Itaú Institucional DI que permite a alocação em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor total do Ativo do Rioprevidência em 31/12/2016 (F. Financeiro + F. Previdenciário)

(III) Refere-se ao valor apurado em 31/12/2016.

(IV) Refere-se ao valor do ativo total apurado em 31/12/2016. (F. Financeiro + F. Previdenciário)

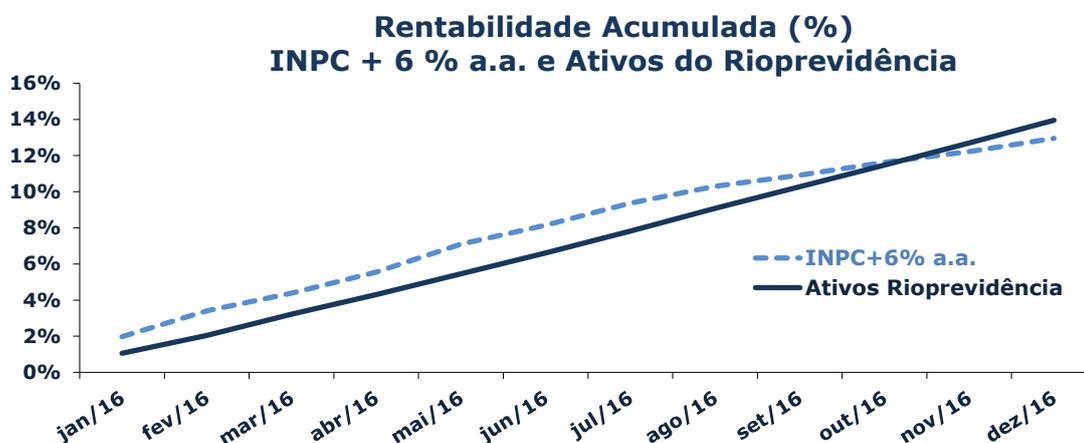
Fonte: GOP

Retorno: Sempre que possível, o retorno dos investimentos do fundo financeiro do Rioprevidência deve ser igual ou superior ao INPC + 6% a.a.

Porém, a estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) manutenção da taxa Selic em 14,25% a.a na maior

parte do ano de 2016; (ii) baixo volume de disponibilidades em comparação com a despesa mensal, sendo prudente investir os recursos em aplicações com baixa volatilidade, normalmente com rentabilidade atrelada à taxa de juros de um dia (SELIC).

Gráfico 18: Rentabilidade Acumulada da Carteira x Meta – 12 meses (%)



Fonte: GOP

No acumulado do ano, a meta INPC +6% a.a apresentou resultado de 13,0%, enquanto que os ativos do Rioprevidência apresentaram rentabilidade de 14,0%, repercutindo num desempenho de 107,8% da meta. Esse resultado deveu-se a política de permanência de uma taxa de juros elevada ao longo do ano de 2016 tendo como principal objetivo o combate à inflação.

4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em 2012, o Estado do Rio de Janeiro promoveu uma reforma do sistema de previdência dos seus servidores públicos, com o objetivo de, no longo prazo, zerar o déficit atuarial: a previdência complementar e a segregação de massa para quem ingressar no serviço público a partir da data de 04 de setembro de 2013. Esses novos servidores terão seu sistema previdenciário funcionando da seguinte forma: as contribuições sobre os rendimentos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) serão destinadas a um fundo previdenciário, que funcionará sob o sistema de capitalização, administrado pelo Rioprevidência; e as contribuições sobre o que exceder esse montante serão facultativas e destinadas a uma entidade fechada de previdência complementar - RJPREV.

4.1 FLUXO DE CAIXA

Os ingressos no fundo previdenciário totalizaram R\$ 190,68 milhões no ano de 2016, resultando em fluxo relativamente estável em relação ao ano anterior, quando as entradas totalizaram R\$ 181,54 milhões. Apesar do aumento do número de servidores – tendo em vista que, após o início do fundo, em setembro/2013, todos os servidores que ingressaram no Estado passaram a fazer parte do fundo previdenciário – a receita no ano não aumentou em relação ao período anterior devido a atrasos nos repasses referentes às contribuições patronal e de servidores.

Tabela 10: Ingressos Fundo Previdenciário

INGRESSOS	R\$ Milhões		
	2015	2016	Var (%)
Contribuições de Servidores	54,82	41,19	-25%
Contribuição Patronal	110,01	81,14	-26%
Renda de Investimentos	16,71	66,04	295%
Outros		2,31	
TOTAL	181,54	190,68	5%

Fonte: GOP

Os dispêndios em 2016 totalizaram R\$ 19,5 milhões contra R\$ 1,71 milhões de ano do ano anterior. A alta expressiva é devida às despesas com custeio administrativo. Trata-se da taxa de administração, uma despesa custeada pelo fundo financeiro que é reembolsada pelo previdenciário. Em 2016, foram reembolsados os custeios relacionados ao ano de 2015 no valor de R\$ 11,16 milhões em adição ao do ano corrente R\$ 6,35 milhões, totalizando R\$ 17 milhões.

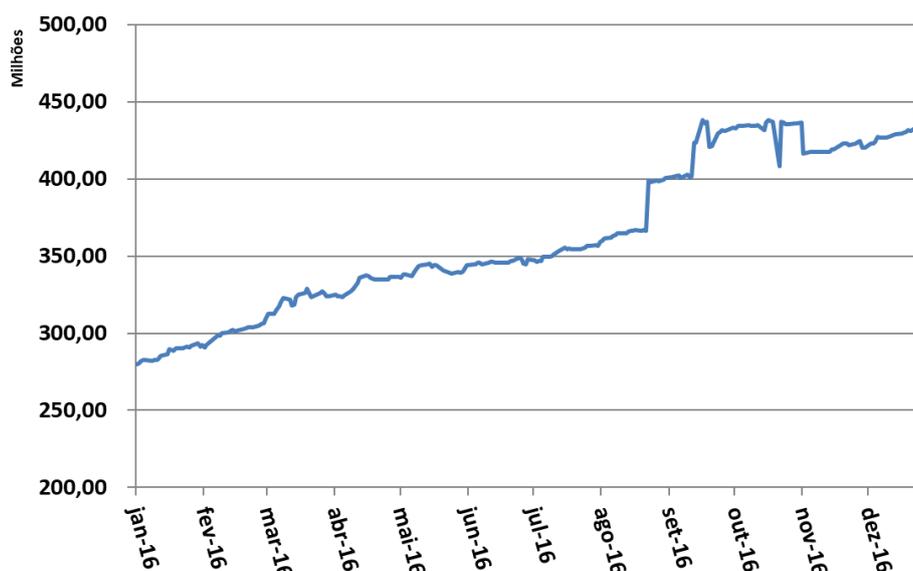
Tabela 11: Dispêndios Fundo Previdenciário

DISPÊNDIOS	R\$		
	2015	2016	Var (%)
Pensionistas	197.172	216.837	10%
Desp. Administrativas	-	6.355.672	
DEA	-	11.195.886	
PASEP	1.517.585	1.758.592	16%
TOTAL	1.714.757	19.526.986	1039%

Fonte: GOP

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 19: Saldo das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como o Fundo Financeiro, as decisões de investimento da Diretoria de Investimentos para o fundo previdenciário estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

O Fundo Previdenciário iniciou a fase de acumulação em 2014 e, conforme definido no PAI, os recursos foram alocados de forma a proporcionar diversificação e aumento do retorno por meio de alongamento do prazo médio da carteira de investimentos.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2015 e 2016, promoveram-se diversas aplicações em fundos de investimento referenciados em IMA B, cujas carteiras são ocupadas preponderantemente por NTN-Bs com diferentes prazos de vencimento. A taxa de retorno destes títulos é composta pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) somado ao *spread* o que propiciou uma maior proteção contra a escalada inflacionária iniciada ao final do ano de 2014.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações financeiras do Fundo Previdenciário totalizavam R\$ 435 milhões, investidos nos fundos relacionados na Tabela 12. A participação neste total de aproximadamente 91% de títulos NTN-B

representa a busca pela concretização da estratégia de investimentos definida no PAI 2016.

A concentração em fundos de investimento administrados pela Caixa (Gráfico 20), no Fundo Previdenciário, se deve a aplicação em fundos vértices, fundos estes, abertos em sua maior parte em 2015. Excluindo-se os fundos vértices, reduzimos a concentração de 79% para um percentual aproximadamente de 30%. A compra desses fundos ocorreu em sua maioria na Caixa devido às instituições Caixa e Banco do Brasil serem as únicas a prover esse tipo de fundo à época. Os fundos vértices possuem em sua carteira o título público NTN-B e sua carência coincide com o vencimento do título. Ao se levar até o vencimento, fica garantida a taxa real contratada no momento da compra. As taxas reais contratadas foram acima de 6,30% ao ano, superior à meta de 5% ao ano do Fundo Previdenciário.

Tabela 12: Alocação de Recursos

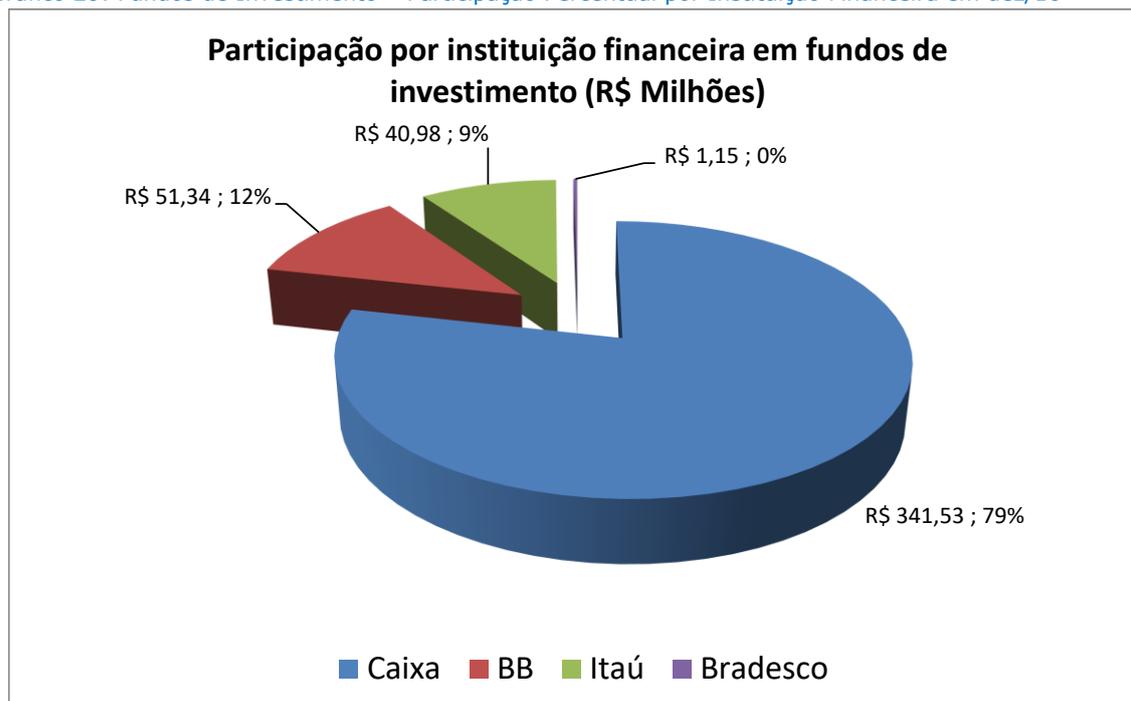
FUNDO PREVIDENCIÁRIO					DEZEMBRO 2016			
Fundos de Investimento	Participação do RIOPREVIDÊNCIA			Rent. Acum. (%)		Tx. Adm.		
Nome do Fundo	Gestor	Valor dos Fundos (R\$ MM)	Part. % no PL dos	PL dos Fundos	Mês	Ano	12 meses	(% a.a.)
BB IMA-B 5+ TP FI RF Previdenciário	BB DTVM	1,54	0,15%	1.052,17	3,71	30,74	30,74	0,20
BB Perfil FIC Renda Fixa Previdenciário	BB DTVM	0,01	0,00%	5.308,11	1,13	13,88	13,88	0,20
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	BB DTVM	10,68	1,79%	596,52	1,93	4,22	4,22	0,20
BB Previdenciário RF TP IPCA VI FI	BB DTVM	6,07	2,02%	300,57	1,76	21,17	21,17	0,20
BB TP X FI RF Previdenciário	BB DTVM	16,76	3,58%	468,55	1,72	20,93	20,93	0,20
BB TP XI FI RF Previdenciário	BB DTVM	16,28	9,80%	166,10	1,76	11,40	11,40	0,20
Bradesco Premium FI REF. DI	BRAM-Asset	1,15	0,02%	7.364,69	1,12	14,25	14,25	0,20
Caixa Brasil IMA B 5+ TP FI RF LP	Caixa	5,09	0,69%	743,09	3,70	30,56	30,56	0,20
Caixa Brasil FI Ref. DI LP	Caixa	0,86	0,01%	5.994,85	1,11	14,00	14,00	0,20
Caixa Brasil 2018 II TP FI RF	Caixa	86,85	2,80%	3.107,20	1,13	14,71	14,71	0,20
Caixa Brasil 2018 IV TP FI RF	Caixa	23,10	8,44%	273,58	1,12	14,81	14,81	0,20
Caixa Brasil 2020 III TP FI RF	Caixa	17,55	15,49%	113,27	1,59	17,95	17,95	0,20
Caixa Brasil 2020 IV TP FI RF	Caixa	32,95	3,69%	892,48	1,55	17,83	17,83	0,20
Caixa Brasil 2024 IV TP FI RF	Caixa	100,40	12,24%	820,48	1,74	22,52	22,52	0,20
Caixa Brasil 2024 VI TP FI RF	Caixa	26,95	15,94%	169,08	1,77	22,68	22,68	0,20
Caixa Brasil 2030 III TP FI RF	Caixa	47,78	22,82%	209,36	3,34	29,15	29,15	0,20
Itaú Institucional Alocação Dinâmica	Itaú	16,12	1,32%	1.223,35	2,12	21,48	21,48	0,40
Itaú Institucional Alocação Dinâmica II	Itaú	2,59	5,17%	50,02	2,11	4,02	-	0,40
Itaú Institucional FI RF REF. DI	Itaú	6,75	0,48%	1.395,64	1,12	14,07	14,07	0,18
Itaú Institucional TP Renda Fixa FI	Itaú	15,53	18,74%	82,87	1,25	10,20	10,20	0,20
TOTAL		434,99						

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Itaú.

(1) - Fundo constituído em 16/03/2015 (4) - Fundo constituído em 21/05/2015 (7) - Fundo constituído em 19/08/2015
 (2) - Fundo constituído em 09/03/2015 (5) - Fundo constituído em 08/05/2015 (8) - Fundo constituído em 15/04/2016
 (3) - Fundo constituído em 01/04/2015 (6) - Fundo constituído em 28/07/2015

Fonte: GOP

Gráfico 20: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/16



Fonte: GOP

Tabela 13: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DEZEMBRO 2016		
Posição Consolidada da Carteira	(R\$)	(% do total)
1 - Títulos Públicos Federais	403.022.089	92,7%
1.1 - Prefixados	910	0,0%
1.2 - Pós-fixados	647.346	0,1%
1.3 - NTN-B (IPCA)	395.895.099	91,0%
1.4 - Operações Compromissadas	6.478.734	1,5%
2 - Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	2.588.817	0,6%
2.1 - CDB	346.327	0,1%
2.2 - Let. Financeira	1.928.694	0,4%
2.3 - Debêntures	256.009	0,1%
2.4 - DPGE	47.192	0,0%
2.5 - Outros Títulos	10.595	0,0%
3 - Cotas de Fundos (II)	29.377.874	6,8%
4 - Tesouraria (III)	3.822	0,0%
5 - Imóveis	0	0,0%
Total da Carteira	434.992.602	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Itaú.

(I) Valor em Cotas dos Fundos BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI e Itaú Institucional DI que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos BB Perfil FIC RF Prev., BB Prev. RF Alocação Ativa, Bradesco Premium DI, Itaú Institucional Alocação Dinâmica e Itaú Institucional Alocação Dinâmica II investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

Fonte: GOP

Os investimentos no ano respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos para o período como pode ser visto na tabela 14.

Tabela 14: Posição Consolidada por Segmento

FUNDO PREVIDENCIÁRIO		DEZEMBRO 2016			
Posição da Carteira em 30/12/2016, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10 e alterações					
Segmento	Tipo de Ativo	Valores (R\$)	% (IV)	Limites PAI (% total)	Limite da Resolução nº 3.922/10
Renda Fixa (I)	FI 100% títulos TN (Art. 7º,I,b)	<u>407.514.924</u>	<u>0,34%</u>	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (II)	FI/FIC RF ou Referenciado (Art. 7º,IV)	<u>27.477.678</u>	<u>0,02%</u>	30,0%	Até 30,0%
Total Renda Fixa		<u>434.992.602</u>	<u>0,36%</u>		
Total do Ativo do Rioprevidência (III)		119.954.480.910			

Imóveis Terrenos e Edificações 0

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Itaú.

Glossário:

FI/FIC - Fundos de Investimento

PAI - Plano Anual de Investimentos (Limites definidos no PAI)

- (I) Subíndices do IMA ou do IDkA, exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia.
- (II) Qualquer indicador de desempenho de Renda Fixa. Inclui valor em cotas dos Fundos Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI e Itaú Institucional DI que permite a alocação em títulos privados de baixo risco de crédito.
- (III) Valor total do Ativo total apurado em 31/12/2016. (F Financeiro + F Previdenciário)
- (IV) Refere-se ao ativo total apurado em 31/12/2016. (F Financeiro + F Previdenciário)

Fonte: GOP

Retorno: O retorno dos investimentos do Fundo Previdenciário deve ser igual ou superior à meta atuarial que é INPC + 5% a.a.

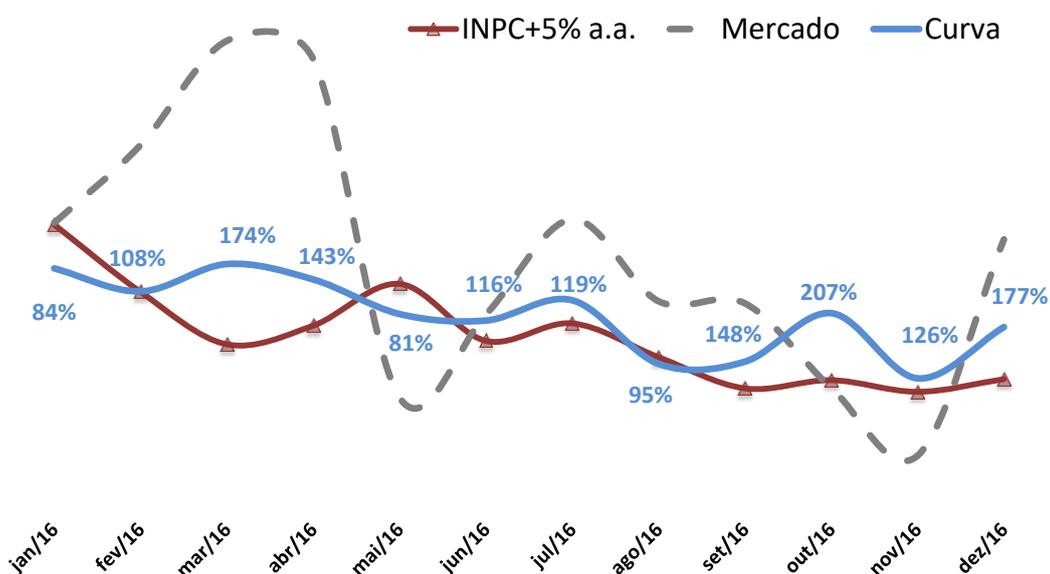
A estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) priorização de investimentos de médio e longo prazo, porém mantendo uma parcela de recursos mais líquidos para constituição de cobertura de riscos.

Diante da estratégia adotada de busca de maior retorno em títulos de longo prazo, a carteira apresentou, no ano de 2016, maior volatilidade (Gráfico 21). O agravamento da crise econômica e política nacional levou ao registro de significativa volatilidade nos fundos de investimento com benchmark IMA-B quando considerada a precificação a mercado dos títulos componentes na carteira destes fundos (NTN-Bs). O PIB registrou queda pelo segundo ano consecutivo em 2016, um ano marcado pela continuidade da deterioração das contas públicas, pela crise fiscal nos estados e por um cenário político expressivamente conturbado. Contudo, conforme esperado pelo mercado, no mês de abril foi aprovado o impedimento da presidente da república Dilma Rousseff pela câmara dos deputados, com repercussão positiva nas expectativas dos agentes econômicos. A confirmação do impeachment, em conjunto com a perspectiva da entrada em vigor da agenda do novo governo, cuja pauta era composta pelas reformas almeçadas pelo mercado, abriu espaço para queda das taxas de juro de longo prazo, movimento que gerou forte impacto positivo na rentabilidade dos fundos de investimento que compõe o Fundo Previdenciário e impulsionou o expressivo resultado da carteira do fundo no ano de 2016.

Deve-se destacar, no entanto, que mesmo dentro de um quadro de instabilidade política e econômica, o retorno efetivo esperado para as NTN-Bs, representado pela metodologia de marcação na curva, manteve-se próximo da meta atuarial ao longo do ano (Gráfico 22). A metodologia de precificação na curva considera a taxa de aquisição do papel na data da compra e o carregamento do título até o vencimento. Não leva em consideração a intensa volatilidade das taxas e preços da NTN-B no mercado. No acumulado do ano, os ativos do Rioprevidência considerando metodologia na curva apresentaram resultado de 123% da meta atuarial – INPC +5% a.a.

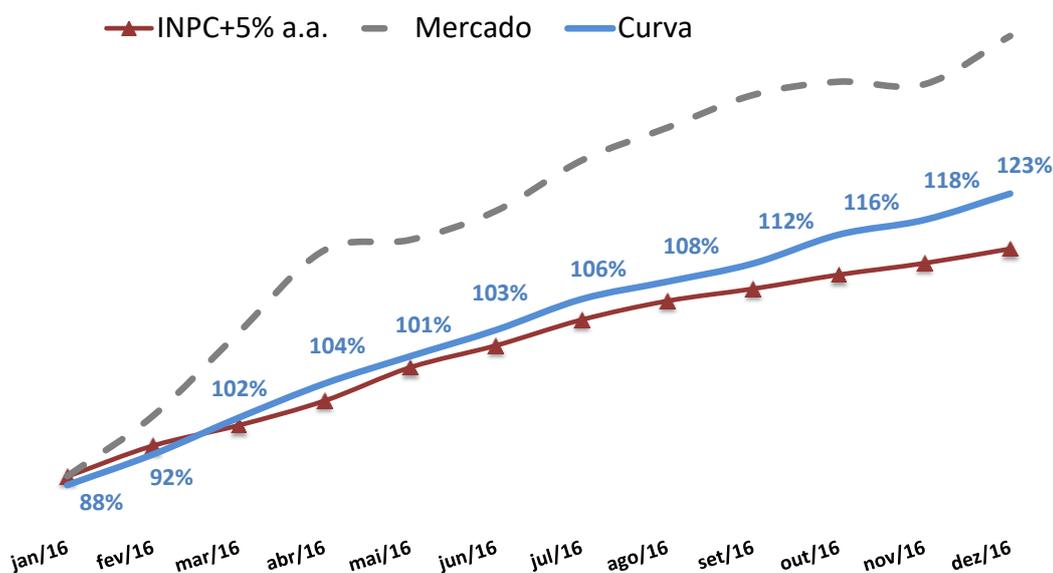
Na marcação a mercado a rentabilidade do fundo Previdenciário apresentou rentabilidade de 21,22 % em 2016 totalizando R\$ 66.579.312,24, rentabilidade superior a metodologia na curva (gráfico 22).

Gráfico 21: Rentabilidade Mensal do Fundo Previdenciário (% da Meta Atuarial - INPC +5% a.a)



Obs: Os valores em destaque representam o percentual da meta atuarial atingida pelo Fundo Previdenciário considerando metodologia de cálculo na curva para os fundos que possuem NTN-B com carência até vencimento.

Gráfico 22: Rentabilidade Acumulada no Ano do Fundo Previdenciário (% da Meta Atuarial - INPC +5% a.a)



Obs: Os valores em destaque representam o percentual da meta atuarial atingido pelo Fundo Previdenciário considerando metodologia de cálculo na curva para os fundos que possuem NTN-B com carência até vencimento. Fonte: GOP

5. IMÓVEIS

5.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A carteira imobiliária do Rioprevidência iniciou o período de 2016 com 270 registros imobiliários. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio do fundo com a finalidade, conforme a Lei Estadual 3.189/99, de capitalizar o Fundo, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

Visando à obtenção de renda e liquidez, o Rioprevidência iniciou no ano de 2010 o processo de venda de ativos Imobiliários. Prosseguindo com essa estratégia, no ano de 2016 foram realizadas diversas licitações de venda de imóveis. Somente no ano de 2016 foram assinadas 24 escrituras de compra e venda, continuando assim o processo de dar liquidez à carteira imobiliária do Fundo, que passou a ser composta por 241 imóveis, conforme tabela a seguir:

Tabela 15: Carteira Imobiliária

Carteira Imobiliária		
	Quantidade	%
Terreno	137	57%
Imóvel Comercial	59	24%
Imóvel Residencial	11	4%
Imóvel Uso Próprio	34	15%
Total	241	100 %

Fonte: GCR

As vendas realizadas só neste último ano resultaram em ingressos financeiros de aproximadamente R\$ 17,8 milhões no Fundo, aumentando significativamente este tipo de receita em comparação com os anos anteriores a 2010.

Diante da quantidade de imóveis vendidos durante o ano de 2016, o valor patrimonial da Carteira Imobiliária teve uma diminuição de aproximadamente R\$ 17 milhões durante o exercício, justificada principalmente pelo número de imóveis vendidos, desta forma a carteira do Fundo, encerrou o ano em R\$ 372 milhões.

Tabela 16: Valor da carteira imobiliária sob a gestão do Fundo

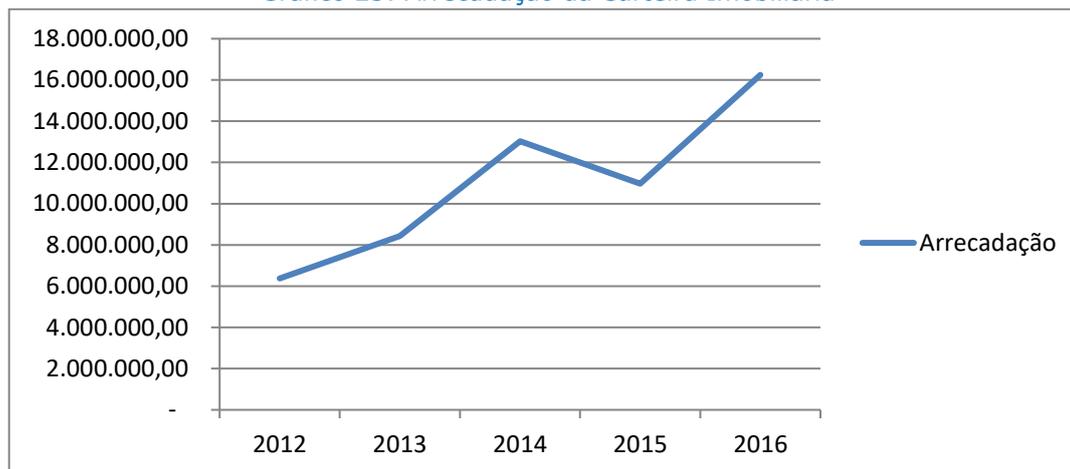
Carteira Imobiliária			
Ano/Período	Quantidade	Valor Patrimonial (R\$ - Milhões)	Variação
2003-2006	460	185	-
2007	949	320	72%
2008	948	460	43%
2009	930	422	-9%
2010	368	333	-21%
2011	306	205	-38%
2012	296	236	-13%
2013	322	268	13%
2014	314	288	7%
2015	302	382	32%
2016	241	372	-5%

Fonte: GCR

5.2 RETORNO DA CARTEIRA

A arrecadação da carteira imobiliária teve uma redução em 2015, entretanto, a despeito da crise que assola o Estado, foram tomadas algumas medidas administrativas que resultaram na entrada de taxas de ocupação que estavam em atraso e isso ajudou a aumentar o valor da arrecadação, desta forma a receita proveniente deste ativo passou de R\$ 10 milhões em 2015, para aproximadamente 16 milhões em 2016.

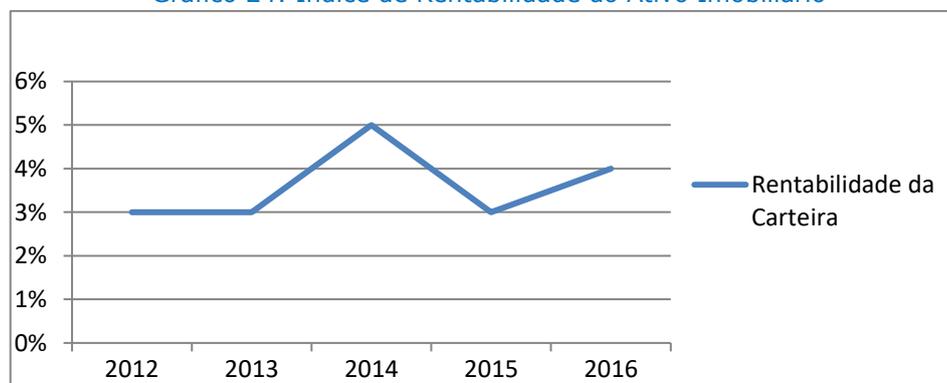
Gráfico 23: Arrecadação da Carteira Imobiliária



Fonte: GCR

Ainda que a arrecadação proveniente de taxa de ocupação tenha aumentado, o Fundo deu continuidade a uma série de ações de gestão incluindo licitações para ocupação de imóveis e procedimentos para pagamento de débitos de Taxas de Ocupação de exercícios anteriores, fazendo com que a rentabilidade desse ativo aumentasse em relação a 2015.

Gráfico 24: Índice de Rentabilidade do Ativo Imobiliário



Fonte: GCR

Com as devoluções dos imóveis com baixo potencial de geração de renda no final de 2010 e as vendas dos imóveis com alto valor patrimonial no ano de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, alinhado com o aumento da arrecadação apurados no último ano, pode-se atingir um índice de rentabilidade do ativo imobiliário de 4%.

5.3 GESTÃO DA CARTEIRA

No ano de 2016, registrou-se desaquecimento do mercado imobiliário em geral. Entretanto, os laudos de avaliação elaborados pela engenharia, foram fundamentais para o sucesso na venda dos imóveis, em especial os localizados na região da Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – SAARA, sendo determinante para os resultados positivos atingidos pelo Rioprevidência durante o exercício.

Como resultado dos esforços da administração neste período, foram cumpridos 07 mandados de reintegração de posse, viabilizando que imóveis ocupados irregularmente gerem renda através da venda ou ocupação.

Por fim, diversas outras atividades de gestão foram executadas no exercício, como a realização de 06 parcelamentos de débitos, encaminhamento de 54 processos para inscrição em Dívida Ativa de ocupantes inadimplentes, justificada por uma melhoria no controle da carteira imobiliária, visando o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio do Fundo.